

## SOCIOLOGIAS

Colecção coordenada por Rui Pena Pires

### TÍTULOS PUBLICADOS

Pierre Bourdieu

RAZÕES PRÁTICAS: SOBRE A TEORIA DA ACÇÃO

Manuel Villaverde Cabral

EQUIDADE SOCIAL E CIDADANIA POLÍTICA EM PORTUGAL

Charles Crothers

ROBERT K. MERTON

Samuel N. Eisenstadt

FUNDAMENTALISMO E MODERNIDADE: HETERODOXIAS, UTOPISMO E JACOBINISMO NA CONSTITUIÇÃO DOS MOVIMENTOS FUNDAMENTALISTAS

Norbert Elias

TEORIA SIMBÓLICA

Anthony Giddens

AS CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIDADE (3.ª edição)

Anthony Giddens

MODERNIDADE E IDENTIDADE PESSOAL (2.ª edição)

Anthony Giddens

TRANSFORMAÇÕES DA INTIMIDADE: SEXUALIDADE, AMOR E EROTISMO NAS SOCIEDADES MODERNAS (2.ª edição)

Maria das Dores Guerreiro

FAMÍLIAS NA ACTIVIDADE EMPRESARIAL: PME EM PORTUGAL

Jorge Correia Jesuino (coord.) et al.

A COMUNIDADE CIENTÍFICA PORTUGUESA NOS FINAIS DO SÉCULO XX: COMPORTAMENTOS, ATITUDES E EXPECTATIVAS

Ramesh Mishra

O ESTADO-PROVIDÊNCIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA: ESTUDO COMPARATIVO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EUROPA, AMÉRICA DO NORTE E AUSTRÁLIA

Paulo Filipe Monteiro

EMIGRAÇÃO: O ETERNO MITO DO RETORNO

Juan Mozzicafreddo

ESTADO-PROVIDÊNCIA E CIDADANIA EM PORTUGAL

Patrick Murphy, John Williams e Eric Dunning

O FUTEBOL NO BANCÓ DOS RÉUS: VIOLÊNCIA DOS ESPECTADORES NUM DESPORTO EM MUDANÇA

Frank Parkin

MAX WEBER

Mike Reed

SOCIOLOGIA DA GESTÃO

Ana de Saint-Maurice

IDENTIDADES RECONSTRUÍDAS: CABO-VERDIANOS EM PORTUGAL

Pierre Sorlin

MASS MEDIA

Anália Cardoso Torres

DIVÓRCIO EM PORTUGAL, DITOS E INTERDITOS: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA

Jorge Vala et al.,

PSICOLOGIA SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES: ESTUDOS EM EMPRESAS PORTUGUESAS (2.ª edição)

José Manuel Leite Viegas

NACIONALIZAÇÕES E PRIVATIZAÇÕES: ELITES E CULTURA POLÍTICA NA HISTÓRIA RECENTE DE PORTUGAL

19  
12  
5

CARLOS FORTUNA (ORG.)

## CIDADE, CULTURA E GLOBALIZAÇÃO

ENSAIOS DE SOCIOLOGIA

TEXTOS DE ANTÓNIO ARANTES, WALTER BENJAMIN, LAURA BOVONE,  
ERIC CORIJN, MIKE FEATHERSTONE, CARLOS FORTUNA, ROBERT HOLLANDS,  
HANS MOMMAAS, JUSTIN O'CONNOR, GEORG SIMMEL, SABINE VAN PRAET,  
ALAN WARDE, LOUIS WIRTH, DEREK WYNNE

TRADUÇÕES DE ÂNGELA MARIA MOREIRA, CARLOS FORTUNA, CLARA KEATING,  
MARGARIDA LIMA DE FARIA, RITA MARNOCO E VIVINA DE CAMPOS FIGUEIREDO

REVISÃO TÉCNICA DE CARLOS FORTUNA



292500-D

CELTA EDITORA

OEIRAS / 1997

Outras obras sobre território e ambiente

- Almeida, João Ferreira de (org.), *Os Portugueses e o Ambiente: I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses Sobre o Ambiente*
- Ascher, François, *Metapolis: Acerca do Futuro da Cidade*
- Baptista, Luís V., *Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa*
- Benko, Georges, *A Ciência Regional*
- Benko, Georges, e Alain Lipietz (orgs.), *Regiões Ganadoras: Distritos e Redes, os Novos Paradigmas da Geografia Económica* (esgotado)
- Câmara Municipal de Oeiras (org.), *Primeiro Ciclo de Estudos Oeirenses: Oeiras, a Terra e os Homens*
- Ferrão, João, *Serviços e Inovação: Novos Caminhos Para o Desenvolvimento Regional* (esgotado)
- Fortuna, Carlos, *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais: Estudos Sociológicos de Cultura Urbana*
- Guerra, Isabel, e outros, *A Baixa Pombalina: Diagnóstico, Prospectiva e Estratégia de Actores*
- Lopes, Raul, *Competitividade, Inovação e Territórios*
- Neves, António Oliveira das, *Planeamento Estratégico e Ciclo de Vida das Grandes Cidades: os Exemplos de Barcelona e Lisboa*
- Nossa, Paulo Nuno S., *Geografia da Saúde: o Caso da Sida*
- Pedroso, Paulo, *Formação e Desenvolvimento Rural*
- Pinder, David (org.), *Europa Ocidental: Desafios e Mudanças*
- Salgueiro, Teresa Barata, *Do Comércio à Distribuição: Roteiro de uma Mudança*
- Salgueiro, Teresa Barata, *Lisboa, Periferia e Centralidades*
- Santos, José António, *As Freguesias: História e Actualidade*
- Schmidt, Luísa, *Portugal Ambiental: Casos & Causas*
- Silvano, Filomena, *Antropologia do Espaço: Uma Introdução*
- Silvano, Filomena, *Territórios da Identidade: Representações do Espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália* (esgotado)
- Waters, Malcolm, *Globalização*
- Yearley, Steven, *A Causa Verde: Uma Sociologia das Questões Ecológicas* (esgotado)

2)  
26  
24  
2

CARLOS FORTUNA (ORGANIZADOR)

# CIDADE, CULTURA E GLOBALIZAÇÃO

ENSAIOS DE SOCIOLOGIA

Textos de António Arantes, Walter Benjamin, Laura Bovone, Eric Corijn, Mike Featherstone, Carlos Fortuna, Robert Hollands, Hans Mommaas, Justin O'Connor, Georg Simmel, Sabine Van Praet, Alan Warde, Louis Wirth e Derek Wynne

Traduções de Ângela Maria Moreira, Carlos Fortuna, Clara Keating, Margarida Lima de Faria, Rita Marnoco e Vivina de Campos Figueiredo

Revisão técnica de Carlos Fortuna

SEGUNDA EDIÇÃO



368378-1

CELTA EDITORA  
OEIRAS / 2001

© 1997, 2001, Carlos Fortuna (organização)

Carlos Fortuna (organizador)

**Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia**

Primeira edição: Outubro de 1997

Tiragem: 1000 exemplares

Segunda edição: Outubro de 2001

Tiragem: 600 exemplares

Traduções de Ângela Maria Moreira (capítulo 10), Carlos Fortuna (capítulo 1),  
Clara Keating (capítulo 7), Margarida Lima de Faria (capítulos 4 e 6),  
Rita Marnoco (capítulo 5) e Vivina de Campos Figueiredo (capítulos 2, 3, 8 e 9)

Revisão técnica: Carlos Fortuna

Revisão de texto: José Soares de Almeida

ISBN: 972-774-121-5

Depósito legal: 209229/04

Composição: Celta Editora (caracteres palatino, corpo 10)

Capa: Mário Vaz | Arranjo e ilustração: Paula Neves

Fotólitos, impressão e acabamentos: Tipografia Lousanense, Lda., Portugal

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor, por Celta Editora, Lda.

**Celta Editora**, Rua Vera Cruz, 2B, 2780-305 Oeiras, Portugal

Endereço postal: Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal

Tel.: (+351) 214 417 433

Fax: (+351) 214 467 304

E-mail: mail@celtaeditora.pt

Página: www.celtaeditora.pt

## ÍNDICE

Sobre os colaboradores .....	vii
Introdução: sociologia, cultura urbana e globalização .....	1
<i>Carlos Fortuna</i>	
<b>Parte I / METRÓPOLE, URBANISMO E VIDA URBANA</b>	
1 A metrópole e a vida do espírito .....	31
<i>Georg Simmel</i>	
2 O urbanismo como modo de vida .....	45
<i>Louis Wirth</i>	
3 Paris, capital do século XIX .....	67
<i>Walter Benjamin</i>	
<b>Parte II / GLOBALIZAÇÃO E INTERMEDIACÃO CULTURAL</b>	
4 Culturas globais e culturas locais .....	83
<i>Mike Featherstone</i>	
5 Os novos intermediários culturais .....	105
<i>Laura Bovone</i>	
6 Intermediação cultural e alteração do gosto .....	121
<i>Alan Warde</i>	

## Parte III / CIDADES E GLOBALIZAÇÃO

7	Capitais europeias da cultura e políticas de arte .....	137
	<i>Eric Corijn e Sabine van Praet</i>	
8	Modernidade, globalização e crise do modernismo social .....	165
	<i>Hans Mommaas</i>	
9	Das margens para o centro .....	189
	<i>Justin O'Connor e Derek Wynne</i>	
10	As identidades juvenis e a cidade .....	207
	<i>Robert G. Hollands</i>	
11	Destradicionalização e imagem da cidade .....	231
	<i>Carlos Fortuna</i>	
12	A guerra dos lugares .....	259
	<i>António Arantes</i>	
	Índice remissivo .....	271

## SOBRE OS COLABORADORES

*António Arantes* é professor titular de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas. Publicou diversos trabalhos sobre cultura e vida urbana contemporânea, entre os quais *Produzindo o Passado* (Ed. Brasiliense) e *Cidadania* (número temático da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*).

*Walter Benjamin* (1892-1940), crítico literário e ensaísta, foi um dos teóricos mais destacados da Escola de Frankfurt, cujos escritos cobrem uma enorme variedade de áreas temáticas.

*Laura Bovone* é professora do Departamento de Sociologia da Universidade Católica Sacro Cuore de Milão, onde ensina Metodologia das Ciências Sociais e Sociologia da Comunicação. É autora de *Creare comunicazione: i nuovi intermediari di cultura a Milano* (Franco Angeli, 1994) e editora de *Mode* (Franco Angeli, 1997).

*Eric Corijn* é professor na Universidade de Tilburg, onde coordena o Mestrado em Estudos Europeus do Lazer (Universidades de Bruxelas, Tilburg, Loughborough e Deusto). A sua investigação centra-se nas políticas culturais urbanas da Europa.

*Mike Featherstone* é o editor da revista *Theory, Culture & Society*. Professor de Sociologia e Comunicação da Universidade de Nottingham-Trent, é autor de numerosas obras, entre as quais *Consumer Culture and Postmodernism* (Sage, 1991) e *Undoing Culture* (Sage, 1995). Organizou a edição de *Cultural Theory and Cultural Change* (Sage, 1992) e co-editou *The Body: Social Processes and Cultural Theory* (Sage, 1991) e *Cyberspace, Cyberbodies, Cyberpunk* (Sage, 1995).

*Carlos Fortuna* é professor de Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais. A sua

investigação mais recente diz respeito aos aspectos sociológicos das identidades, da cultura urbana e do turismo cultural, sobre que tem vários textos publicados, nomeadamente, *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais* (Celta, 1997).

*Robert Hollands* é professor de Sociologia Urbana e Estudos de Juventude do Departamento de Política Social da Universidade de Newcastle. É autor de *The Long Transition: Class, Culture and Youth Training* (Macmillan, 1990) e de *Friday Night, Saturday Night: Youth Cultural Identification in the Post-Industrial City* (Newcastle University, 1995).

*Hans Mommaas* é professor do Departamento de Estudos do Lazer da Universidade de Tilburg. Tem produzido trabalhos nos domínios do lazer, consumo e cultura urbana, sendo co-autor de *Moderniteit, vrijetijd en de stad* e de *Urban Cultural Policy Development in Europe* (com E. Corijn).

*Justin O'Connor* é director do Instituto para a Cultura Popular da Universidade Metropolitana de Manchester. A sua investigação actual centra-se no domínio dos jovens empresários da cultura.

*Georg Simmel* (1858-1918) é hoje reconhecido como um dos fundadores da Sociologia, ainda que tenha tido uma vida académica atribulada e marginal. É autor de numerosos ensaios, sobre um variadíssimo leque de temáticas sociais, culturais e filosóficas, entre os quais se destaca *Philosophie des Geldes* [1900].

*Sabine Van Praet* é mestre em Estudos Europeus do Lazer e coordenadora do Centro de Lazer do Hospital da Universidade de Bruxelas.

*Alan Warde* é professor de Sociologia da Universidade de Lancaster. É autor de *Consumption, Food and Taste* (Sage, 1997) e co-autor (com Mike Savage) de *Urban Sociology, Capitalism and Modernity* (trad. portuguesa, Celta Editora, no prelo). Os domínios da sociologia do consumo e, em particular, da alimentação são os temas da sua investigação mais actual.

*Louis Wirth* (1897-1952) foi uma figura central da Escola de Chicago, com inúmeros trabalhos publicados sobre a cidade e o urbanismo. Foi presidente da Associação Americana de Sociologia e da Associação Internacional de Sociologia.

*Derek Wynne* é professor de Sociologia da Universidade Metropolitana de Manchester. Tem em curso uma investigação sobre as novas classes médias e a intermediação cultural. Editou *The Culture Industry: The Arts in Urban Regeneration* (Avebury, 1992) e é autor de *Leisure Lifestyle and the New Middle Class* (Routledge, 1998).

## INTRODUÇÃO

### Sociologia, cultura urbana e globalização

*Carlos Fortuna*

The city bristles with malice.  
(Mike Davis, 1992)

Num famoso texto de 1915, Robert E. Park argumentava a favor da conveniência de se fazer da cidade o laboratório de análise, por excelência, da natureza humana (Park, 1967). Aquilo que se dissesse da primeira dir-se-ia também, com propriedade, da segunda. A cidade, equivalente à sociedade, mostraria a esta última a natureza dos seus processos evolutivos, dos seus equilíbrios e tensões.

A nobreza da intenção do jornalista e sociólogo americano parece conservar actualidade e, por isso, ela continua a insinuar-se, nos nossos dias, como desafio cultural. Poderemos dizer da sociedade aquilo que dizemos da cidade? A resposta é ambígua. Dir-se-á que sim, se se entender que é da cidade e da cultura urbana que irradiam as diferentes forças que mantêm, reproduzem e complexificam a sociedade no seu todo. O pressuposto desta resposta é duplo e reside, por um lado, em julgar que nada mais há de politicamente relevante para além da esfera da cidade e da cultura urbana e, por outro lado, que, perante os efeitos da globalização, estas se uniformizaram e, logo também, as suas influências sobre a sociedade. Ao contrário, dir-se-á que não, se se julgar que a actual expansão da cidade e da cultura urbana, em vez de as tornar homogéneas, as distingue e diversifica entre si, ao ponto de, conjugadas no plural, não poderem constituir-se em eventual e único critério de aferição da sociedade em geral. Aqui é o pressuposto da supremacia da sociedade sobre a cidade e a cultura urbana que preside e, com ele, a convicção de que, à globalização, a cidade e a cultura urbana respondem com o reforço da sua autonomia própria, refractária perante influências sociais externas.

Esta discrepância de pontos de vista é tanto política como disciplinar. No campo das ciências sociais, ela pode assumir o estatuto de confrontação, quer entre diferentes áreas disciplinares, quer no interior de cada uma delas. No domínio do urbano, como em qualquer outro, a vitalidade que as ciências sociais retiram do confronto de ideias é hoje, como sempre, a matriz da sua frutificação. Não é, por isso, desejável que a multiplicidade de visões sobre a cidade, a cultura urbana e a sociedade convirja para qualquer alinhamento discursivo, conceptual ou analítico. A procura de consensos, tanto políticos como científicos, é frutuosa apenas enquanto estimule o progresso de cada uma das partes envolvidas e, assim, ajude a prefigurar uma estratégia comum, capaz, a um tempo, de reconhecer, e de se reconhecer, na validade discrepante dos contributos parcelares. Esta parece ser a condição de um alinhamento virtuoso de diferentes campos do conhecimento. Da desejável articulação das várias visões sobre a cidade, a cultura urbana e a sociedade, um trabalho a ser feito por inúmeras mãos, resultará, por certo, um grau mais elevado de inteligibilidade sobre cada uma delas. Talvez só então se reduza a ambiguidade que, por ora, a proposta de Park suscita, permitindo, sem confundir uma com a outra, dizer da sociedade o que se diz da cidade e, inversamente, compreender a cidade a partir da sociedade.

Partindo do campo particular da sociologia, as contribuições aqui coligadas estão atentas ao indispensável cruzamento interdiscursivo sobre o universo urbano e social. Os textos resultam, na sua maioria, de um Encontro sobre Cultura Urbana, Estilos de Vida e Práticas de Consumo, que teve lugar em Coimbra, como realização conjunta da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, do Centro de Estudos Sociais e do Manchester Institute for Popular Culture.<sup>1</sup> Tratou-se de um encontro com a participação de investigadores de diversas áreas das ciências sociais, tendo-se optado por verter para português apenas alguns dos textos apresentados, de raiz mais marcadamente sociológica.

A avaliação do estado da investigação no domínio da cultura urbana e das cidades em Portugal, reconhecendo embora o seu progresso recente,<sup>2</sup> salda-se por um défice de publicações disponíveis sobre estas matérias, em particular no campo da sociologia. Deste modo, decidiu-se juntar aos textos seleccionados do referido encontro alguns dos ensaios matriciais dos estudos urbanos. É assim que se justifica a parte I, que faculta aos estudiosos portugueses textos clássicos como "A metrópole e a vida do espírito", de Georg Simmel, e "O urbanismo como modo de vida", de Louis Wirth. Embora já disponíveis em edição brasileira, foram agora objecto de nova tradução. Ao seu lado, pela primeira vez, surge a tradução portuguesa do famoso texto de Walter Benjamin, *Paris, capital do século XIX*, que é, a todos os títulos, um contributo inestimável para a leitura sociológica da cidade e da cultura urbana modernas.

É longa de quase dois séculos a tradição sociológica sobre a cidade e a cultura urbana. Ela é, evidentemente, o outro lado do processo de urbanização, que, com a chamada revolução industrial, começou por alterar a fisionomia do mundo ocidental e continua hoje em dia a modificar as geografias, as mentalidades e as práticas sociais em todo o mundo. Seria fastidioso desenvolver aqui considerações pormenorizadas sobre o movimento de urbanização que marcou a sociedade ocidental. Nesta introdução é suficiente referir o longo e intenso movimento de concentração populacional em aglomerados urbanos que faz da sociedade ocidental uma sociedade fundamentalmente urbana. Com efeito, enquanto em 1950 cerca de um quarto da população do globo vivia em aglomerados urbanos, em 1990 regista-se a existência de 270 cidades com mais de 1 milhão de habitantes, o que, por si, representa cerca de um terço de toda a população mundial (United Nations, 1990). Ao mesmo tempo, prevê-se que, no ano 2010, a população urbana possa ultrapassar os três quartos da população mundial. Embora se trate de um fenómeno global, nos nossos dias, o padrão de urbanização é marcado sobretudo pela cadência acentuada a que crescem e se multiplicam as cidades nos países, sobretudo africanos e asiáticos, mais pobres ou em vias de desenvolvimento (Clark, 1996, 49). A variável demográfica obriga desde logo, portanto, a distinguir entre urbanização e geografia da urbanização.

Mas há uma segunda distinção a fazer. Esta tendência para a crescente urbanização não pode nem deve ser confundida com a história do urbanismo nem com a formação e propagação da cultura urbana. Na verdade, à evolução linear do crescimento das cidades corresponde a constituição hesitante, feita de avanços e recuos, daquilo a que chamamos cultura urbana. Como campo teórico, centrado em redor de um conjunto específico de práticas sociais, mentalidades e estilos de vida que se forjam, comunicam e reproduzem na cidade, a cultura urbana tem uma história própria, iniciada em meados do século XIX, sob o pano de fundo da industrialização europeia.

A cidade moderna, em especial a grande metrópole, berço de novos grupos e figurações sociais, novas formas de organização e de conflito, com as suas homogeneizantes e simultaneamente segregadoras ideologias e práticas de consumo e, enfim, com as suas novas topografias, tornou-se, por tudo isso, objecto da curiosidade e da reflexão académicas. No gradualismo da sua institucionalização em disciplina autónoma, esta reflexão começou por identificar as raízes históricas da cidade e os contrangimentos que sobre ela recaíam, sobretudo de natureza económica. Ao mesmo tempo que se iam desbravando novos campos de reflexão, perante a hegemonia do academismo clássico, esta filtragem propagou-se, insidiosamente, a outras áreas disciplinares. A cidade da sociologia urbana positivista foi, assim, sendo expurgada de numerosos elementos (políticos, literários, arquitectónicos, geo-espaciais, etc.) que haviam feito dela um universo tanto mais específico quanto mais complexo. Esta coisificação da cidade traduziu-se no seu empo-

brecimento e a transformação da cidade-sujeito em cidade-objecto da sociologia urbana parece dizer mais sobre os mentores de tal estratégia do que sobre o fenómeno cultural urbano em si.

Nas últimas duas décadas, porém, novas visões sobre a cidade têm surgido e dado origem a uma espécie de devolução à cidade das suas múltiplas facetas, resgatando uma soberania temporariamente ofuscada. A sociologia que temos por *urbana* parece estar hoje a converter-se numa *sociologia das cidades*, por efeito não apenas do reconhecimento da fragilidade das fronteiras disciplinares que haviam separado e oposto entre si a cidade e o urbano ao campo e ao rural, mas também da redescoberta do hibridismo cultural contemporâneo que a cidade exhibe, e ainda em resultado da crescente centralidade de escalas infra-estatais de governação, fruto cruzado da regulação pós-fordista e da globalização.

A cidade não é uma coisa. Ela reconhece-se simultaneamente como real e representacional, como texto e como contexto, como ética e como estética, como espaço e como tempo, socialmente vividos e (re)construídos. Nesta sua implosão, a cidade torna-se uma alegoria da sociedade e, como que a concretizar a proposta de Robert Park (1967), o que se diz sobre uma parece poder dizer-se cada vez mais sobre a outra. Por isso, nos nossos dias, da clássica sociologia urbana pouco nos resta, para além de uma cultura do mesmo nome, como conjunto de acções, memórias, representações e narrativas sociais que se fundem e articulam entre si sob o pano de fundo de um espaço urbano e de um poder social determinado. A reconceptualização da cidade como espaço fragmentado e disputado abriu novos campos de análise e fez surgir novos objectos empíricos de pesquisa, alinhados quer pela atenção conferida aos microrregimes de poder na cidade, quer pela influência pós-estruturalista sobre as relações sociais e as identidades urbanas, quer ainda pelo interesse pós-marxista sobre a cultura visual, o consumo e os regimes representacionais.<sup>3</sup> Nesta reinterpretção da cidade não são apenas os estudos sobre cidades particulares que sobressaem, mas emergem também como objectos singulares de pesquisa empírica, e em detrimento da metanarrativa urbana, os seus (re)arranjos socioespaciais específicos, a sua economia simbólica e a natureza dos seus edifícios, monumentos e outros marcadores, ou as suas ruas, parques e zonas de comércio.<sup>4</sup> Todos eles interferem com a cultura pública cidadina e o discurso da sociologia sobre a cidade torna-se, deste modo, crescentemente, um discurso cruzado com numerosos outros enunciados, de tipo fenomenológico, semiótico e literário (Ostrowetsky, 1996; Pellegrino, 1994; Westwood e Williams, 1997). Nunca o discurso sobre a cidade foi tão multifacetado e plural como neste final de século. Nunca estivemos tão próximos de reconhecer que só no cruzamento de diferentes campos discursivos e tradições intelectuais pode a cidade reencontrar-se na plenitude da sua multivocalidade e polivalência.

Reside aqui um desafio imposto à coerência intelectual. Se, como argumenta Bruno Latour (1994), para que se concretize, a modernidade deve ser capaz de reflectir sobre a natureza híbrida das suas próprias construções, também a moderna sociologia, para oferecer inteligibilidade à cidade, não pode estar sujeita a interpretações exclusivistas e monolíticas. Procurou-se respeitar este princípio na presente selecção de textos sobre a cidade. Poder-se-ia argumentar que uma das suas limitações residiria no facto de se tratar de um conjunto de textos oriundos de um único campo de reflexão — a sociologia. Mas esta limitação poderá converter-se em virtude. A sua sociologia é uma sociologia de tempos diferentes (o que é mais notório entre os textos da parte I e os restantes), centrada em espaços urbanos muito díspares (como denota toda a parte III), com pontos de partida igualmente muito variados (como resulta, por exemplo, das partes II e III). Ademais, não existe neste conjunto de textos uniformidade teórica, analítica ou temática. Oriundos embora do mesmo campo disciplinar, no seu conjunto, os ensaios contidos neste livro são, cada um à sua maneira, tentativas de *ler* sociologicamente a(s) cidade(s) dos nossos dias. O diálogo com outras narrativas sobre as cidades é um diálogo interno a todos e cada um dos textos apresentados. É desta diversidade das partes que, pode dizer-se, se alimenta a unidade do livro no seu conjunto. Afinal, como a própria cidade moderna, cuja unidade resulta, também ela, da sua múltipla diversidade.

Na parte I desta colectânea incluem-se alguns dos textos que marcaram mais profundamente o trajecto inicial da sociologia urbana. Aos pontos de contacto existentes entre os ensaios de Georg Simmel e de Louis Wirth contrapõe-se o texto de Walter Benjamin, um documento precioso, de meados deste século XX, sobre o modo como a cidade da modernidade se faz de memórias do passado e de crenças optimistas no futuro.

A parte II inclui três textos sobre alguns dos vectores do reconhecimento da cidade e da cultura urbana. Em tempos de globalização, o texto de Mike Featherstone entrelaça o local com o global e interroga-se sobre o sentido da nossa cultura (pós)-moderna. Laura Bovone pergunta quem são, como actuam e que visões fornecem os novos agentes da intermediação cultural, responsáveis pela atribuição de sentidos à cultura urbana. Alan Warde, por seu turno, ilustra, recorrendo ao campo da gastronomia, a pertinência das acções de intermediação cultural na combinação de universos imaginários com práticas sociais e modos de apresentação estilizada do corpo.

A parte III desta selecção de textos recolhe seis estudos de caso sobre diferentes cidades. O que os une entre si é a ampla concepção de cultura urbana que deles se recolhe. Sem que sejam objecto de análise pormenorizada, todos os casos têm por referência a alteração dos modos de estar e de imaginar a cidade em tempos de globalização da cultura, da economia e dos modos de governação. Mas a globalização tem as suas raízes históricas, territoriais e institucionais. Sem que nos dediquemos a esta questão em

pormenor, todavia, os leitores não estranharão que tentemos, de seguida, uma breve incursão sobre a história recente do pensamento ocidental sobre a cidade moderna, a que se seguirão algumas referências aos textos aqui incluídos, com destaque maior para os textos clássicos da parte I.

### Cidades e cultura urbana

Uma das mais divulgadas teses sobre a natureza da cidade medieval europeia é a de Henri Pirenne (1973). Na sua obra sobre as cidades medievais, o historiador belga faz depender a dinâmica urbana das relações mercantis, fazendo ancorar aí o poder da cidade e a sua independência política. O comércio, sobretudo o comércio mediterrânico de longa distância, que tivera efeitos desastrosos para as cidades europeias e o próprio Império Romano, revela-se decisivo, igualmente, para a redinamização urbana posterior ao século XI. À medida que enriquecem e se autonomizam perante a aristocracia e o clero, mercadores e comerciantes, residentes *sub urbe*, ou seja, literalmente, nas vertentes “abaixo da cidade”, situada, estratégica e simbolicamente, no alto do monte (LeGates e Stout, 1996, 37), transmitem à esfera urbana um sentido público de uma comunidade construída em redor do comércio e troca de mercadorias. O mercado converte-se no elemento central da vida urbana e as cidades medievais passam a constituir verdadeiros oásis de promessas de liberdade num mundo de obrigações feudais. *Stadtluft macht frei!*, o velho aforismo da pré-moderna Alemanha além-Elba, encontra aqui a sua raiz.

O dinamismo daquela classe média, de feição mercantil e comercial, foi responsável não apenas pelas alterações das relações sociais, políticas e económicas da cidade, mas igualmente, como testemunham os trabalhos de Braudel ou Wallerstein, induziu a expansão do capitalismo e, com ele, a preponderância crescente das relações cidade-cidade, em consequência do comércio de longa distância, sobre as relações cidade-campo. O cenário urbano vai alterar-se profundamente e a busca dos seus fundamentos continuou a ser objecto de variadas investidas na história da vida urbana. Entre estas destaca-se a obra de Max Weber, que, ao contrário de Pirenne, não limita a análise da cidade medieval ao impacte oscilante da sua componente económica e mercantil. Da pesquisa histórica de Weber sobre a cidade, condensada num conjunto de notas recolhidas entre os anos de 1911 e 1913 e feitas editar, postumamente, em 1921, por Marianne Weber, ressalta uma concepção plural de cidade. Com efeito, Max Weber não se restringe apenas à cidade ocidental (europeia), fazendo também incursões nas cidades orientais, mas, mais do que isso, entende a cidade como uma espécie de urbanismo pleno, não tanto no sentido da intensificação e multiplicação das relações sociais, como entenderia Simmel, por exemplo, mas no sentido da crescente autono-

mia da esfera urbana, não restringida à actividade económica que nela se desenrola (Weber, 1982). Pesem embora, por um lado, o reconhecimento da centralidade do mercado e da produção e, por outro, a justeza histórico-empírica da sua interpretação (Hannerz, 1980, 86), este urbanismo pleno de Weber reconhece na cidade medieval uma entidade multifacetada, dotada de instituições políticas e associativas, jurídicas e burocrático-administrativas, relativamente autónomas.

Vários autores têm feito notar, ou mesmo lamentado, o facto de Weber se ter restringido à análise da cidade medieval e barroca. O mesmo poderia, aliás, dizer-se de Werner Sombart, seu contemporâneo, que, no seu *Amor, Luxo e Capitalismo*, quando se debruça sobre a cidade, se detém no século XVIII (Sombart, 1983, cap. 2). Há dois aspectos histórico-sociológicos do trabalho de Weber que importa fazer ressaltar como legado intelectual da sua reflexão: em primeiro lugar, o facto de ter produzido uma influente leitura global da constituição da cidade ocidental; em segundo lugar, o de ter ensaiado uma explicação para o surgimento de três tipos-ideais de sociabilidade urbana, protagonizados pelo cidadão, pelo estranho e pelo empresário capitalista (Jonas, 1995a, 28). Isto não quer dizer que Weber, e para esse efeito também Sombart, desprezassem a cidade da era pós-renascentista e industrial. Com efeito, embora não lhe dediquem uma análise sistemática e aprofundada, pode dizer-se que a cidade moderna está subjacente enquanto terreno singular de acção social, fórmula política e figuração cultural específica, tanto em *Economia e Sociedade* (Weber, 1978) como em *O Capitalismo Moderno* (Sombart, 1978).

À medida que o capitalismo se industrializa, a cidade sofre transformações de monta. A cidade medieval, que crescera e florescera, como vimos, em resultado da sua capacidade para incorporar e fazer sua a iniciativa política, económica e cultural das classes mercantis, isto é, a cidade que crescera e florescera num movimento das margens para o centro, torna-se, com o capitalismo industrial, uma cidade de conflito aberto e de fragmentação social sem precedentes.

Friedrich Engels ofereceu, em 1845, o mais acutilante relato das condições de vida típicas da cidade industrial de meados do século XIX. Para Engels a cidade industrial é um produto directo do capitalismo industrial e, como tal, é o cenário aberto da luta de classes. A sua dramática leitura política da cidade é pautada, por um lado, pelo testemunho directo do horror vivido pelo proletariado urbano-industrial de Manchester e, por outro lado, pela denúncia das estratégias de segregação de classe impostas pela burguesia. Quanto a este último aspecto, para Engels, a imagem que a burguesia procura instaurar na cidade industrial inglesa por excelência é a de uma cidade onde o conflito está ausente:

devido à curiosa configuração da cidade, afirma Engels, é possível viver em Manchester ao longo de anos, ir e vir para o emprego, sem nunca avistar um bairro operário [Engels, 1958, 54].



Esta deliberada invisibilização das classes operárias — “[...] a pobreza encontra-se escondida [...] fora do alcance da vista das classes mais favorecidas da sociedade” (*id., ibid.*, 33) —, para além de ser sintoma da violenta fragmentação urbana e social, traduziria ao mesmo tempo o derradeiro objectivo burguês de conferir à cidade uma imagem de harmonia, capaz de “evitar ofender a frágil susceptibilidade do olhar e dos sentidos das classes médias” (*id., ibid.*, 56). A “resposta” histórica das classes médias é conhecida. A sua fuga para os subúrbios fez da suburbanização o principal agente do futuro crescimento das cidades, mas alterou também a sua ordem social interna. Ao contrário da cidade medieval, pode dizer-se, a cidade do capitalismo industrial cresce a partir do centro saturado para as margens em expansão.

Tal desenrolar inspirou uma vastíssima e aguerrida reflexão antiurbana, alimentada não apenas pelos malefícios da industrialização e da monetarização das relações sociais, como no caso de Engels, mas principalmente pela ideologia burguesa, que acusa a cidade de promover a degradação cívica e moral dos cidadãos, precarizar a sua condição física e intelectual e instigar a desordem, o vício e a doença (por exemplo, Stallybrass e White, 1986; Short, 1991). Em contraste com este pessimismo urbano, nas sociedades em que se tornara impossível oferecer o campo e a vida rural como alternativa, mercê da massiva fuga para a cidade, os subúrbios das grandes cidades eram frequentemente referidos como a solução mais segura, onde a família, a estabilidade e a comunidade de valores podiam desenvolver-se a coberto dos riscos da grande cidade (Chaney, 1994; Stilgoe, 1988). Em pleno século XIX, como de resto ao longo de todo o século XX, tanto a crítica antiurbana como a defesa do subúrbio recolheram aplausos e contestações tanto no domínio político e das ideologias como no domínio da investigação em sociologia, em geografia ou nos estudos de planeamento e urbanismo. Interessa-nos aqui apenas referir que, em nosso entender, teorizações em redor dos “lugares centrais”, ou dos “círculos concêntricos” da expansão urbana, projectos sobre as “cidades-jardim”, movimentos de “rurbanização” e “contra-urbanização” se alimentam, todos eles, de uma maneira ou de outra, do reconhecimento de uma transformação radical da natureza e das funções da cidade que, com diferentes matizes e graus de intensidade, tem subjacente ou enuncia o seu fim enquanto entidade centralizadora e espaço homogéneo.

A natureza do ensaio de Engels coloca-o, ao lado das interpretações históricas de Weber e Sombart sobre a cidade, entre os trabalhos precursores de uma reflexão sociológica sobre os modos de organização e a estrutura social das cidades. Com estes, mas também com Georg Simmel e Ferdinand Tönnies, consolida-se uma linha de pensamento, de raiz germânica,<sup>5</sup> sobre o que podemos considerar ser a cultura urbana. Emerge, assim, um objecto novo em que ressaltam práticas políticas e comportamentos sociais, valores culturais e universos mentais que, forjados na interacção urbana, no entanto, não se confundem com a cidade, a sua morfologia e a sua estruturação espacial.

Um dos mais destacados pensadores da cultura urbana moderna é Georg Simmel de quem reproduzimos aqui um dos seus mais célebres ensaios. A interrogação de Simmel sobre a natureza da modernidade conduz-se por linhas metodológicas que pouco ou nada têm a ver com a matriz utilizada por Weber ou Sombart. Desde logo, Simmel não procede a uma análise histórico-comparativa e a sua preocupação com o que é “novo” e “moderno” na sociedade da viragem do século XIX desenrola-se em exclusivo pelo recurso às representações mentais, aos modos de percepção/apropriação e à experiência vivida dos sujeitos. A interferência do capitalismo e da monetarização da economia sobre as relações sociais é analisada de modo acutilante no laboratório que constitui o quotidiano da metrópole, a qual, no seu dizer, “foi sempre a sede da economia monetária”.<sup>6</sup>

Pese embora esta herança, o que mais atrai Simmel são os efeitos indeléveis decorrentes da violenta ruptura espaço-temporal que se opera na metrópole, a correspondente alteração das relações de causalidade social e a resposta sociopsicológica e emocional dos sujeitos. Daí a secundarização da análise histórica.

Adepto dos microuniversos e do sensível, Simmel utiliza a metodologia do contraste para fazer sobressair a natureza e a originalidade da metrópole. O referente que Simmel destaca como contraponto da metrópole moderna, porém, ao contrário do que frequentemente se assume, não é o campo nem a comunidade rural — como em Ferdinand Tönnies ou Louis Wirth —, mas antes a pequena cidade ou a pequena localidade (Savage e Warde, 1993, 112).

Ao insistir nas novas formas de sociabilidade metropolitana (individualismo, atitude *blasé*, relações de estranhamento), Simmel põe a tónica na intensificação e na multiplicação das relações sociais, ampliando o sentido weberiano de plenitude do urbano, já assinalado. Como afirma:

Se aos incessantes contactos públicos das pessoas nas grandes cidades correspondessem as mesmas reacções interiores dos contactos que têm lugar na pequena localidade [...] estaríamos completamente atomizados interiormente e cairíamos numa condição mental deplorável.

A alternativa simmeliana a este estado de coisas não se encontra no esforço de racionalização das relações sociais, como seria a proposta de Weber, mas antes no refúgio dos sujeitos na individualização, na criação de distâncias sociais e no anonimato. A agorafobia e a hipersensibilidade são vistas, deste modo, como mecanismos de autodefesa da personalidade metropolitana que alteram radicalmente as relações sociais de interacção (Frisby, 1985, 75). Com o intuito de detectar “os ajustamentos da personalidade aos factores que lhe são externos”, em *A metrópole e a vida do espírito*, Simmel demarca-se claramente do sentimentalismo e da repugnância com que muitos contemporâneos seus (por exemplo,

John Ruskin ou Friedrich Nietzsche) abordam a crescente superficialização das relações sociais nos grandes espaços urbanos.

Neste sentido, o carácter formal e objectivista da sociologia de Simmel afasta-o igualmente da problemática da anomia social, desenvolvida principalmente por Émile Durkheim e pelos durkheimianos, quer a entendamos num sentido objectivo (de desorganização institucional), quer num sentido subjectivo (de desorientação pessoal). A metrópole, ao constituir-se num quadro novo da vida social, impõe aos sujeitos a necessidade de se relacionarem entre si e com o mundo exterior através de um extremo objectivismo. No extenso e denso espaço urbano que é a metrópole, a “preponderância do espírito objectivo sobre o espírito subjectivo” é o resultado directo da monetarização da economia e, esclarece Simmel, “na justa medida em que o dinheiro [...] sujeita todas as diferenças qualitativas ao critério do ‘quanto custa’”, são os próprios sujeitos que, na metrópole, se vêem convertidos em objectos.

Resultam daqui quatro traços principais da cultura metropolitana, todos eles confluindo para consumir o individualismo e, usando de empréstimo a expressão de Richard Sennett (1978), a “queda do homem público”: (1) o *intelectualismo*, pelo qual, e ao contrário do que sucede nas pequenas localidades, o sujeito metropolitano se vê forçado a conter as suas emoções e a proceder de modo racional; (2) a *reserva mental*, ou a criação de distâncias nos contactos quotidianos, como mecanismo de autoprotecção da individualidade; (3) o *espírito calculista* e pragmático, como garantia de sobrevivência numa cultura quantitativista; (4) a *atitude blasé*, um traço psíquico que remete para a banalização das diferenças e a (auto)desvalorização pessoal (Savage e Warde, 1993, 111).

O modo como o sujeito da metrópole recorre à subjectividade para objectivar as suas relações com outros e deles se “dissociar” constitui, para Simmel, “uma das formas elementares de socialização” em contexto urbano, capaz de assegurar ao indivíduo um “grau de liberdade pessoal sem paralelo em quaisquer outras circunstâncias”. Parece ressoar aqui o eco do velho aforismo medieval alemão. Os “ares” da metrópole de Simmel, dir-se-á, são libertadores, também eles. Mas a correlação simmeliana entre vida urbana e emancipação social distancia-se desta concepção, semelhante aliás ao convencimento de Marx e Engels de que a cidade retira os homens à idiotia da vida rural, e refere-se antes a uma noção de liberdade psicológica e emocional, do domínio “espiritual” e do sensível. Este refúgio na dimensão sensível e estética do quotidiano, aliado à preferência de Simmel pela análise dos fragmentos fugazes da vida, ou o que chamava os *snapshots sub speciei aeternitatis* (Frisby, 1985; Pais, 1993), confere à sua obra uma actualidade sociológica singular. Assim se justifica que, ainda que tenha escrito sobre a cultura e a metrópole de finais do século XIX, Simmel tenha sido recentemente “pós-modernizado”, devido à sua *démarche* metodológica e às suas preferên-

cias temáticas (Weinstein e Weinstein, 1993). A sua sociologia, que para muitos não passa de bricolagem intelectual de um dileitante animador de salão (Collins, 1985), é, talvez por isso mesmo, um contributo inestimável para a compreensão do que alguns consideram ser a caoticidade cultural dos nossos dias (Tofler, s. d.).

A herança sociológica de Simmel, em particular do seu ensaio sobre a metrópole, encontrou, por exemplo, em Robert Park (seu estudante em Berlim), Louis Wirth e na Escola de Chicago, como um todo, o terreno mais propício para a sua frutificação. Na parte I da presente colectânea incluímos *O urbanismo como modo de vida*, da autoria de Louis Wirth, que é um dos textos mais ilustrativos da aproximação da Escola de Chicago à metodologia adoptada, à natureza das interrogações e às temáticas simmelianas.

O texto de Wirth é normalmente tido como um desenvolvimento de *A metrópole* de Simmel, com o qual estabelece uma relação tensa de aceitação e de distância simultâneas. O autor adopta uma posição pragmática de procura de uma “definição sociologicamente relevante da cidade”, capaz de separar com clareza os conceitos de urbanismo e de capitalismo industrial. Esta alusão é especificamente dirigida ao texto de Simmel, que Wirth considera ser deficiente no reconhecimento da autonomia das relações de interacção urbana, por um lado, e da monetarização da economia, por outro. Deste modo, em Wirth, a interferência da economia sobre a vida urbana é posta de lado, enquanto se deixa conduzir pela linha metodológica e analítica do contraste, fiel à adoptada por Simmel.

Metodologicamente, como Simmel, Wirth recorre ao confronto de situações para fazer realçar o seu objecto de análise. No entanto, o confronto que põe em evidência é muito menos próximo da oposição de Simmel entre metrópole e pequena cidade e muito mais subsidiário da dicotomia clássica usada por Tönnies (1972) entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* ou das famosas oposições de Park (1952) sobre a família e mercado ou o sagrado e o secular. O confronto que Wirth provoca entre a cidade e o campo, ou a vida urbana e a comunidade rural, é uma das mais importantes falácias do seu texto por se referir a entidades ontologicamente diversas: a cidade é um universo cultural aberto enquanto a *folk society* é um universo fechado (Hannerz, 1980, 66). Sem dúvida que, embora com menor intensidade do que nos nossos dias, a comunicação entre ambos os universos é acentuada e o continuum rural-urbano encontra-se presente em Wirth sob a forma de “mosaico de mundos sociais”. Contudo, este “mosaico” parece funcionar de modo unidireccional e a análise de Wirth tem muito mais a ver com a difusão da cultura urbana sobre o *hinterland* da cidade do que, ao invés, com a capacidade da comunidade rural para projectar a sua cultura própria sobre o contexto urbano (id., ibid.).

A principal razão para que Wirth seja incapaz de assegurar de que modo pode a comunidade rural, mesmo exposta às influências da cidade, conservar e ampliar traços de urbanidade reside precisamente no modo como a cidade

é definida. Esta é vista como o efeito sociológico combinado da *dimensão* (demográfica), da *densidade* (das relações e contactos) e da *heterogeneidade* (de tipos sociais) em presença no espaço urbano. Para Wirth, a dimensão da cidade, na esteira de Simmel, potencia tanto a autonomia dos indivíduos, como o seu anonimato e a perda do sentido de participação, podendo conduzir à anomia e ao vazio social. A densidade, por seu turno, na linha da tradição darwinista social, é tida como potenciadora do espírito de competição, mas também da tolerância perante os outros. Por fim, a heterogeneidade, ao mesmo tempo que instiga a necessidade de definição e delegação de interesses e o cosmopolitismo, é responsável pela insegurança dos indivíduos e confere à vida urbana um forte sentido de imprevisibilidade.

São numerosas as críticas dirigidas a esta matriz teórica e à validade das respectivas antinomias (por exemplo, Hannerz, 1980; Saunders, 1993; Savage e Warde, 1993, entre outros). Em síntese, pode dizer-se que o que mais é criticado em Wirth é o facto de as suas três variáveis explicativas se articularem entre si e, *ipso facto*, definirem sociologicamente a cidade de modo diferente consoante o tempo e o espaço que se considerem. A verdade desta observação, porém, deve ser relativizada, porquanto o ensaio de Wirth visa estabelecer as coordenadas principais do “modo de vida” urbano, entendido como tipo ideal, colocando-se, portanto, num plano universalizante de interrogação que não corresponde ao plano empírico e casuístico donde é oriunda a maioria das críticas que lhe têm sido dirigidas.

Contemporâneo de Wirth, Walter Benjamin encontra-se noutra latitude. A sua visão sobre a metrópole distancia-se claramente do viés empiricista do sociólogo americano, como evidenciam as suas *Passagen-Werk*, donde é retirado o texto que aqui incluímos. As *Passagen-Werk* nunca chegaram a constituir um livro mas tão-somente uma colecção de anotações fragmentárias que Benjamin terá coligido a partir do ano de 1927 e incompletas à data do seu suicídio, em Setembro de 1940, durante a mal sucedida fuga de França a caminho dos Estados Unidos da América (Buck-Morss, 1993). O título *Passagen-Werk* foi-lhes dado pelos responsáveis pela edição alemã dos seis volumes que compreendem as mais de 900 páginas de notas a que o autor havia chamado *Passagenarbeit*, ou simplesmente *Passagen*. *Paris, capital do Século XIX* começou a ganhar forma em 1934 e, sobretudo, no ano seguinte quando Benjamin preparou, em alemão, o seu *exposé* sobre Paris (a que se seguiria um segundo, de 1939, escrito em francês).

Organizada em seis “secções” (com uma introdução e uma conclusão na versão de 1939), esta espécie de catálogo temático da grande cidade articula, em cada uma delas, uma figura histórica e um determinado acontecimento ou situação (“Fourier e as galerias”, “Daguerre ou panoramas”, “Grandville ou as exposições universais”, “Luís Filipe ou os interiores”, “Baudelaire ou as ruas de Paris” e, por fim, “Haussmann ou as barricadas”). Nas primeiras três “secções” Benjamin põe a claro alguns exemplos da

pujança técnico-produtiva da época moderna, por exemplo a utilização do ferro na construção, e relaciona-os com os ideais sociais, utópicos uns, pragmáticos outros, de personalidades como Fourier, Grandville ou Daguerre. A técnica e a arte (o ferro, a fotografia, o panorama e o cinema, por exemplo) e a imaginação social e teórica parecem convergir na “expressão de um novo sentido de vida” caucionado pela interpenetração do passado com o futuro. Em Benjamin, esta interpenetração traduz a relação tensa, se não dramática, da existência humana. O passado, o fragmento da memória e a autobiografia, que, aliás, constituem outros tantos elementos do método de Benjamin, confrontam-se de modo intempestivo com o futuro ambíguo da modernidade. Para Benjamin, o passado, isto é, a consistência e o sentido de uma época ou de um acontecimento, só pode ser revelado através do seu fluir. Se o estilo arquitectónico das galerias de Paris se fica a dever às capacidades técnico-industriais do capitalismo do século XIX, nomeadamente ao uso do ferro na construção, a sua vitalidade projecta-se na utilização do vidro na arquitectura dos inícios do século seguinte. De igual modo, são os panoramas que “emancipam” a pintura. Em Benjamin, é o futuro que torna o passado compreensível, e aquilo a que Frisby (1985) chama a “pré-história da modernidade” é o modo como Benjamin converte, como se de um jogo de espelhos se tratasse, as formas urbanas edificadas do passado em tradutoras da nossa contemporaneidade, e inversamente. Isto equivale a argumentar sobre a indeterminação do presente da modernidade e da sua qualidade para aferir, como sustenta Boaventura S. Santos (1996), das nossas “ilusões retrospectivas e... prospectivas”. Por isso, tanto a modernidade, como a cidade, que a representa simbolicamente, nas incertezas e desafios que revelam, constituem-se em campos sociais e políticos de negociação de desfecho incerto. O presente da modernidade de Benjamin é, assim, exaltante e o seu futuro tanto pode ser erigido sobre a revelação da revolta inconformista do passado como sobre a eufórica confiança no progresso futuro.

As três últimas “secções” do texto de Benjamin remetem para o isolamento do indivíduo em espaços privados de ilusão deliberada, para as imagens alegóricas despersonalizantes das ruas de Paris e para o violento redesenho das formas topográficas, das imagens e das paisagens da cidade. As imagens espaciais da cidade ganham em Benjamin uma centralidade ímpar para a compreensão da sociedade moderna. Antagónicas como são, estas imagens tornam a cidade um espectáculo<sup>7</sup> e Benjamin antevê no ambiente citadino o desejo colectivo de se “suprimir e transfigurar a imperfeição do produto social, bem como as deficiências do sistema social de produção”, no que alguns comentadores entendem ser uma das suas mais claras aproximações a Marx. Na expressão de Susan Buck-Morss, uma destacada estudiosa da obra de Benjamin, Paris — a cidade dos espelhos e das luzes — “deslumbra e decepciona as multidões” (Buck-Morss, 1993, 81). Tal é um efeito da supremacia alcançada pelo valor representacional das mercadorias

e objectos sobre o seu valor de uso (e de troca) na vida moderna. As galerias de Paris, as exposições, os panoramas, a política fantasmagórica, o deambular pelas ruas e o novo urbanismo são, todos eles, representações culturais, expressões fragmentares benjaminianas da nova "dialéctica do olhar" urbano. Esse olhar é um meio e um método de aceder e reconhecer a cidade-labirinto que é a expressão cultural da cidade moderna.

Se em Simmel, como vimos, a atitude *blasé* é o reflexo objectivado da monetarização da economia, em Benjamin será o *flâneur* que melhor corresponde à expressão sociológica da moderna cultura urbana. Mas a passividade da personagem *blasé* não encontra eco no *flâneur* de Benjamin que representa o modo como o autor de *Paris, capital do século XIX* pretende evidenciar a estrutura mítica dos impulsos, aspirações e ansiedades que perpassam o quotidiano vivido da cidade (Shields, 1996; Jenks, 1995; Tester, 1994). O *flâneur* de Benjamin, ele próprio uma apropriação da imagem metafórica com que Baudelaire (1993) ilustra a personalidade descomprometida e, em simultâneo, o intérprete perspicaz da modernidade, é a personificação da ambiguidade típica da cidade moderna. Produto híbrido, resultado do cruzamento das modernas multidões urbanas com a lógica do consumo de massas, o *flâneur* alimenta-se e disfarça-se de umas e de outra. Da sua anónima e diletante versatilidade, o *flâneur* retira uma capacidade muito particular para "ver" a modernidade e devolver, dela e das suas múltiplas representações e redes de significação, uma imagem fiel, porque paradoxalmente, translúcida, e consistente, porque volátil e transitória. Se "chaque époque révèle la suivante", se tentarmos ser fiéis ao pensamento analítico de Benjamin, devemos interrogar-nos, meio século passado sobre a sua escrita, de que modo os seus *boulevards* haussmannianos, ou as suas galerias de Paris, ou a sua *flânerie*, enquanto expressões de uma cultura urbana e de consumo se consolidam, irradiam sentido, prefiguram e tornam inteligível o nosso trajecto colectivo presente. Dados os propósitos desta antologia, não devemos senão referir que, ora implícita, ora explicitamente, são vários os textos aqui coligidos que procuram dialogar com *Paris, capital do século XIX*. Não é de todo despicienda esta referência, porquanto, como bem assinalam Savage e Warde (1993, 123), a obra de Walter Benjamin, abundantemente discutida na teoria literária, tem permanecido na penumbra ou tem mesmo estado ausente das agendas de investigação sociológica, pese embora o seu valioso contributo para a compreensão da cultura urbana moderna.

### Cidades e globalização

O modo de perspectivar o vigor desta cultura urbana é fortemente subsidiário da vitalidade social da própria cidade. Como referimos anteriormente, desde meados do século XIX que o dinamismo da cidade se tornou objecto de

aceso debate entre os seus aguerridos detractores e os não menos entusiastas defensores. Conhecidos os argumentos dos primeiros (degradação física, mental e moral dos indivíduos, anarquismo político e acção colectiva das massas, anomia, despersonalização, insegurança e pânico generalizados), entre os regeneradores da cidade deste século é justo referir o nome de Patrick Geddes (1854-1932), escocês de origem e entusiasta divulgador das ideias da cidade-jardim e da necessidade de planeamento urbano. No seu conhecido *Cities in Evolution*, Geddes (1915) introduziu a expressão *cidade global* para designar o urbanismo atento ao prévio levantamento das condições e necessidades locais e regionais como base da reconstrução da vida política, social e cultural da cidade (Meller, 1990). Divulgado e expandido mais tarde por Peter Hall (1966), o conceito de cidade global encontra-se hoje enquadrado pelo processo de globalização dos fluxos económicos, culturais e de governação da era da flexibilização pós-fordista (Harvey, 1989). Neste quadro, é justo mencionar o trabalho de Saskia Sassen (1991 e 1994), que contraria a tese da inépcia da cidade, ao chamar atenção para os efeitos regeneradores recentes que a globalização pode ter sobre alguns centros urbanos. Com efeito, a investigadora da Universidade de Columbia faz ressaltar a capacidade das "cidades globais" (Nova Iorque, Londres, Tóquio) para traduzirem em termos locais e tirarem partido dos processos de globalização, suplantando os seus constrangimentos e tornando-se centros nevrálgicos da alta finança, da tecnologia de informação, do *marketing* e da administração multinacional e dos serviços de ponta. Os critérios de Saskia Sassen são exclusivistas e, ao destacarem os poderes económicos, financeiros e tecnológicos como suporte das "cidades globais",<sup>8</sup> eliminam muitas outras possibilidades, nomeadamente de ordem cultural, que podem "globalizar" a cidade e torná-la dinâmica.

Perante o actual processo de desterritorialização dos fluxos económico-financeiros, tecnológicos e culturais-informativos, o desafio está na capacidade das diferentes cidades para procederem à sua reterritorialização, o que independe da dimensão das cidades, para se referir antes à intensidade, grau e espessura com que sejam capazes de se dotarem de segmentos desses fluxos. A redinamização globalizante da cidade apresenta-se sempre no quadro de uma vertente interna (natureza e diversidade de equipamentos, fixação de funções socioeconómicas, promoção de uma identidade coerente) e de uma vertente externa (lugar de suporte e captação parcelar de fluxos globais, atracção de movimentos de pessoas em circulação transnacional). O que está em causa, portanto, é a necessidade de uma concepção mais flexível e ampla do processo de globalização, capaz de dar conta das inúmeras situações e possibilidades de as cidades se reposicionarem no actual contexto sociopolítico internacional.

Uma das interpretações heurísticamente mais valiosas de globalização é a fornecida por Boaventura de Sousa Santos que a entende como mecanismo "pelo qual determinada condição ou entidade local consegue estender a

sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival" (Santos, 1997). Tanto o "global" como o "local" surgem aqui como conceitos relacionais. Aplicada ao contexto particular da cidade, a capacidade da sua redinamização pela globalização depende da figuração de outras "globalidades" ou de outras "localidades" que em conjunto se perfilam no decurso da actual concorrência intercidades.

A dimensão relacional deste binómio global-local torna possível ajuizar do grau e da espessura com que cada cidade pode reforçar as especificidades locais, alargar ou reconstruir a base da sua legitimidade política e cultural, fazendo aumentar o seu próprio sentido de lugar e a sua própria identidade, ao mesmo tempo que se insinua no plano internacional. Mas tal sucederá sempre de modo desigual. Aos casos de sucesso de redinamização global de umas cidades contrapõem-se as situações em que, não por inexistência de recursos globalizantes próprios, o que tende a variar com a conjuntura, mas por ineficácia da sua gestão, algumas cidades se vêem incorporadas de modo passivo nos meandros da globalização e são incapazes de fazer reconhecer aqueles recursos no plano transnacional.

Paralelamente a esta situação de globalização passiva das cidades, a flexibilização do conceito de globalização permite juntar duas outras situações não menos importantes para darmos conta do dinamismo das cidades. A primeira destas situações diz respeito à globalização parcelar, ou subglobalização, isto é, a situação em que uma determinada entidade projecta para além de si própria e faz reconhecer apenas alguns dos seus atributos, competências e recursos, ou, *mutatis mutandis*, se vê passivamente globalizada em apenas alguns domínios, e não noutros. A segunda situação é a que permite pensar a existência de um processo de globalização decorrente da valorização temporária dos recursos imagéticos e representacionais. Uma cidade simbolicamente global será aquela que vê valorizada transnacionalmente a sua imagem, por efeito, por exemplo, de acontecimentos singulares, rituais, ocasiões distintivas, ou em resultado do reconhecimento universal do seu património histórico e cultural ou recursos turísticos. O carácter transitório de uma tal globalização em nada diminui a sua pertinência. O facto de ser a dimensão simbólica e a imagem representacional da cidade que surgem (re)valorizadas nesta situação pode permitir um reforço inaudito da identidade local e autorizar que a cidade temporária e simbolicamente globalizada se constitua na situação típica da "globalização contra-hegemónica" contemplada por Boaventura S. Santos (*ibid.*).

A moderna relação local-global encontra eco particular no texto de abertura da parte II desta colectânea. Nele Mike Featherstone tece considerações acerca do modo como se articulam as culturas locais e globais perante o desafio central da pós-modernidade, que consiste em gerar comunicação intercultural e gerir os seus diversos fluxos e sentidos. O contexto urbano é

o pano de fundo da sua reflexão e, como ponto de partida, Featherstone coloca-se perante o processo de mundialização da comunicação (pelo qual as cidades se abrem ao exterior e internacionalizam as suas imagens e economias urbanas, reais ou simbólicas), que se faz acompanhar do processo, de sentido inverso, de localização do mundo, uma espécie de desglobalização (em que é a identidade local e o sentido de lugar que ganham proeminência e se complexificam). Aquilo a que chama *terceiras culturas*, um espaço cultural de confluência tanto discursiva como de interacção, parece constituir a plataforma de descodificação comunicativa mais apta a conferir sentido aos modos de expressão e de representação que pontuam na sociedade contemporânea, em geral, e na cultura urbana, em particular. O convívio multiétnico de culturas não deixará, no entanto, de encerrar desafios múltiplos, talvez irresolúveis, como a ambivalência de valores e o hibridismo, mas, como Featherstone advoga, para se traçar o quadro da comunhão local-global é preciso fazer sedimentar novas competências por sobre os capitais culturais, étnicos e de classe originários.

É perante este desafio que ganha relevo a contribuição de Laura Bovone. As imagens e as narrativas de que dispomos sobre a nossa cultura e as nossas cidades são, sobretudo, oriundas da acção comunicativa de especialistas. São imagens e narrativas com autoria própria, forjadas numa rede de múltiplas referências culturais e simbólicas e variados trajectos e lealdades classistas, que os novos intermediários culturais personificam. Para Laura Bovone é crucial conhecer-se o quadro referencial destes intermediários da cultura — sejam eles jornalistas, produtores de televisão, operadores de turismo, criadores de moda, arquitectos, galeristas, etc. —, em vista da sua competência exclusiva para reduzirem e difundirem, sob fórmulas condensadas, os mais variados universos culturais. Às suas mãos a cidade vê flutuarem incessantemente os seus sentidos e significados e, à medida que se acentua a cultura mediática e do consumo, mais as suas imagens e signos alteram a nossa estrutura de sentimentos e desejos. E fazem-no, podemos acrescentar, sem qualquer rumo definido, em vista de a sua intervenção ser conduzida pela "infundável procura de novas experiências [...] e uma pre-emptória resistência aos códigos instituídos" (Featherstone, 1991, 44). Das imagens culturais da modernidade às imagens culturais da pós-modernidade, para Laura Bovone, a mediação simbólica que estes intérpretes do gosto proporcionam, se conserva alguma lealdade, é perante os cânones da ambivalência, aliás em conformidade com o seu próprio lugar de classe, estimulando o contínuo exercício de auto-reflexividade dos sujeitos.

No prolongamento desta problemática, o texto de Alan Warde ilustra o papel da intermediação cultural na alteração do gosto alimentar e da prática culinária. A sua análise centra-se na alteração vertiginosa das representações sobre as formas de comer, feita a partir das colunas gastronómicas incluídas em revistas femininas inglesas do último quarto de século. Do seu texto

decorre uma análise fina da maneira como, no contexto urbano, o corpo tem vindo a constituir-se em elemento central da identidade e da representação individual, sobretudo da representação do género sexual. O corpo e os diferentes regimes alimentares são simultaneamente uma forma de auto-representação e de representação perante os outros. A questão pode assumir a dimensão dos rituais civilizacionais da modelação e disciplina corporais, como em Norbert Elias (1989) ou Stephen Mennell (1985), ou a dimensão gastro-política, como em Barry Smart (1994). O texto de Alan Warde coloca-se algures entre uma e outra destas dimensões. Com efeito, é possível captar deste texto o modo como na decisão mais trivial do quotidiano urbano sobre cozinhar, preparar comida no microondas, comprar comida feita ou comer no restaurante se encontra presente a mediação dos especializados intermediários culturais. De igual modo, pressente-se como as opções e as estratégias alimentares de hoje se deixam conduzir por sugestões relativas ao tempo de preparação dos alimentos, ao seu custo, ao gosto, ao estilo de vida próprio ou imaginado, mas também por referências relativas ao valor calórico e energético dos alimentos e por preocupações de natureza estética e somática. O consumo alimentar urbano é hoje, em todas as suas dimensões, um exercício experimental de globalização. Não apenas pela variedade crescente de gostos e ingredientes, mas também por efeito da massificação da viagem e do turismo, das migrações, da valorização cultural do passado, da aventura e do exótico e, em alguns casos, da tradição colonial. Esta globalização servida à mesa é, evidentemente, um acto cultural recheado de ambiguidades. Uma das mais assinaláveis virtudes do texto de Alan Warde reside justamente na sua chamada de atenção para os princípios reguladores e as antinomias contidos nas mensagens gastronómicas que nos chegam de todos os pontos da cidade.

### Cidades em análise

Na sequência dos textos de pendor meso-teórico da parte II desta colectânea, incluem-se de seguida seis contribuições especificamente centradas sobre experiências culturais urbanas de outras tantas cidades. Sem podermos chamar-lhes estudos de caso, estes textos avaliam os impactes de experiências pontuais e tecem considerações teóricas e analíticas que ajudam a perspectivar algumas das dimensões anteriormente referidas acerca da recente investigação sociológica sobre as cidades.

A abrir a parte III encontra-se o texto da autoria conjunta de Eric Corijn e Sabine Van Praet sobre a experiência de *Antuérpia 93*. Trata-se, numa primeira parte, da análise da constituição e do papel cultural da “capital europeia da cultura”, iniciativa lançada em 1983, onde se avaliam as experiências ocorridas nos seus primeiros dez anos, seguida, numa segunda

parte, da leitura circunstanciada da experiência de Antuérpia. O movimento da “capital europeia da cultura” pretende, em síntese, promover a cultura local/regional da cidade anualmente designada e, deste modo, pôr em evidência a natureza plural das experiências culturais da Europa. A escassez da análise sociológica sobre este fenómeno confere ao texto de Corijn e Van Praet um estatuto exemplar, sendo que o seu mérito principal reside na forma como é descrita e avaliada a acção dos numerosos intervenientes. A interrogação basilar dos autores refere-se ao lugar da cultura e da arte no desenvolvimento e (re)valorização das cidades. Trata-se de uma questão central, objecto de variadas contribuições e polémicas. Socorrendo-me de uma das mais conhecidas intervenientes na questão, Sharon Zukin, direi que a relação da cultura e da arte com a cidade tende hoje a ser vista como contendo um potencial ímpar de regeneração urbana, quer interna, quer externa, decorrente do fortalecimento do que a autora designa por economia simbólica (Zukin, 1991, 1992 e 1995). Para além de outros aspectos, esta economia simbólica abre a possibilidade de a arte se constituir em ingrediente de identidade da cidade, um aspecto que subjaz, sem dúvida, à iniciativa da “capital europeia da cultura” e que, assim, percorre todo o texto de Corijn e Van Praet. Mas, neste domínio, a experiência de *Antuérpia 93* deixa-nos algumas interrogações. Tendo sido altamente positiva nos objectivos de curto prazo, contudo, *Antuérpia 93* parece ter precludido nos desenvolvimentos de prazo mais alargado da relação arte-cultura-identidade-cidade. Fica em aberto a questão de como projectar de modo coerente e duradouro a oportunidade oferecida por um acontecimento cultural desta envergadura que, temporariamente, trouxe Antuérpia — um caso entre outros —, à condição emblemática de capital cultural da Europa. Tendo sido um exemplo de cidade temporária e simbolicamente global, a experiência de Antuérpia é um estímulo à avaliação das condições pelas quais tal estatuto pode esmorecer de imediato e o investimento que se pretendeu globalizante pode não ir além de um sinal leve de uma oportunidade esgotada. *De te fabula narratur*: o que pode o caso de *Antuérpia 93* revelar a tantas outras cidades candidatas à credenciação de capital cultural da Europa?

Muitas das preocupações presentes no ensaio de Corijn e Van Praet ressurgem no texto de Hans Mommaas sobre a fragmentação urbana de Tilburg, ainda que sob uma outra matriz empírica e um outro quadro teórico de reflexão. Mommaas discute a partir de *Newplace* — um bairro do pós-guerra, ocupado a partir de meados dos anos 60, situado nas franjas de Tilburg — as virtudes e as vicissitudes de um mobilizador projecto modernista que alterou as geografias da cidade e os mapas sociocognitivos dos seus habitantes. A narrativa oferecida é eloquente na interpretação deste contrato modernista: fim das turbulências sociais e económicas, promessa de bem-estar, redistribuição pública de recursos, igualdade de oportunidades, centralidade da família e da igreja, responsabilidade cívica e consensos sociais alargados.

Um novo espírito de comunidade e de lugar, uma concepção refundada de cidadania e de participação, marcam a nova geografia de *Newplace*. No decurso dos anos 80, este espaço passa a ser também ocupado por uma geração mais nova de residentes, com diferentes rotinas, gostos e estilos de vida. À degradação das relações primárias (familiares, de género, etárias), com a chegada de uma vaga de imigrantes a *Newplace*, junta-se também o problema novo da gestão política da heterogeneidade étnico-cultural. A brecha no contrato modernista instala-se e, com a reviravolta neoliberal em matéria de políticas sociais, a crise do Estado-Providência, o estímulo ao mercado, à diferenciação e à mobilidade, *Newplace* converte-se num lugar de desencanto, de instrumentalização dos sentimentos, de alienação e desorientação moral. De um espaço de promessa, *Newplace* transfigura-se num “espaço de diferença” e o esforço de harmonização socioespacial de Tilburg lê-se agora em termos de duas geografias segmentadas: a da centralidade e a da marginalidade. As transfigurações socioespaciais de Tilburg são carreadas por Mommaas para uma tentativa de dilucidação da relação do moderno com o pós-moderno. O colapso de *Newplace* é o colapso do projecto moderno e a virtude do projecto pós-moderno? Ou, sem ser nem uma nem outras destas possibilidades, *Newplace* é tão-só um exemplo da necessidade de revisão das nossas concepções sobre a cidade da modernidade?

Implícita na interpretação de Hans Mommaas sobre a ascensão e decadência de *Newplace* encontra-se a reorientação das políticas urbanas dos subúrbios e bairros periféricos para os centros das cidades, típica das décadas de 70 e 80. É aqui que se funda toda uma vastíssima literatura sobre os processos de enobrecimento urbano dos centros residenciais e de negócio. O texto de Justin O'Connor e Derek Wynne é um bom exemplo desta reorientação. O seu terreno de análise é a cidade de Manchester e, por isso mesmo, é difícil não estabelecer ligação, por mais ténue que seja, com as descrições de Engels sobre a cidade-berço da industrialização inglesa. Com efeito, se, como dissemos anteriormente, ao tempo de Engels, Manchester era um caso paradigmático da cidade industrial que crescia a partir do centro para as margens, a contribuição de Justin O'Connor e Derek Wynne coloca-nos perante o movimento de sentido inverso: Manchester cresce hoje “das margens para o centro”. Mas que crescimento é este? Trata-se de um crescimento pela regeneração do centro de uma cidade que sofreu o embate violento da decadência económica e da desindustrialização, ou seja, do esvaziamento dos ingredientes que haviam feito dela uma das mais fulgurantes cidades europeias do século XIX.

Nestas condições, a pergunta de O'Connor e Wynne é sobre como construir uma nova identidade para a cidade, dando por adquirido que os seus anteriores predicados de base (cidade industrial e operária) não poderão ser relançados. A resposta estará, para os autores, no empenhamento de numerosos agentes locais na construção de uma nova paisagem cultural com uma espacialização específica. O texto faz ressoar aqui e ali as análises de

Sharon Zukin para a regeneração cultural de Nova Iorque, em especial o SoHo e Brooklyn (Zukin, 1991 e 1995). Com efeito, também em Manchester existe uma dinâmica economia simbólica posta em marcha por artistas e artesãos que se vão fixando no centro degradado da cidade. Aqui, igualmente, estão presentes políticas de recuperação residencial (Afflecks Palace), de instauração de zonas alternativas de produção cultural, boémia e *flânerie* (Bairro Gay), de regeneração de zonas ribeirinhas (junto ao canal). Mas Manchester acrescenta a tudo isto a reapropriação do centro da cidade por um dinâmico ambiente *rave* e uma vibrante cultura *pop*, oriundos das suas periferias e responsáveis pela dinamização da indústria da música e da moda e pela multiplicação de *ateliers* de *design*, galerias, restaurantes, etc., em regra iniciados em regime de auto-emprego por uma geração de jovens empresários em busca de alternativas ao assédio desindustrializante do thatcherismo (Purvis, 1997). De tudo isto, argumentam O'Connor e Wynne, está a refazer-se a imagem do centro da cidade e a nova identidade de Manchester. Duradouramente? Se, como noutros casos, nada pode garantir que o investimento cultural tenha efeitos positivos directos (e duradouros) sobre a renovação urbana e a imagem da cidade (Friedrichs e Dangschat, 1993), a resposta dependerá do modo como, em Manchester, se articulem no futuro a lógica económico-política da cidade e a iniciativa dos novos agentes produtores e intermediários da cultura, que nem sempre são coincidentes e, ao contrário, as mais das vezes, conflituam entre si.

Entre produtores e intermediários culturais, os “consumidores” da cultura urbana constituem um grupo distinto, cujas fracturas internas são postas em relevo no texto de Robert Hollands. O que está em causa é um exame do papel da cidade (Newcastle Upon Tyne) sobre a experiência da vida moderna, nomeadamente sobre as culturas juvenis. São fortes os indícios e numerosas as contribuições que assinalam a tendência moderna de reconversão das identidades juvenis, para o que muito contribui a sua condição perante o consumo urbano e a correspondente adesão a processos espúrios de auto-identificação. Isto tem conduzido a uma renovação conceptual, em que, por exemplo, o conceito de estilos de vida, tem vindo, gradualmente, a substituir o conceito de identidade. Uma das virtudes do texto de Robert Hollands reside em utilizar os estilos de vida, não como descrição de práticas, mas antes como quadro interpretativo de novas vinculações materiais e simbólicas dos jovens aos espaços urbanos. Esta *démarche* clarifica a distinção entre as formas de utilização da cidade por parte de homens e mulheres jovens. Demarcando-se da influência que alguns trabalhos, como os de Paul Willis (1977), tiveram sobre o encobrimento das práticas juvenis femininas, sobretudo no campo anglo-saxónico, Robert Hollands faz alinhar a sua contribuição por hipóteses alternativas, como as exploradas, pioneiramente, por Angela McRobbie (1991), apostadas em denunciar os estereótipos da subordinação, da dependência e da domesticidade femininas. O autor

revela, com sobriedade, alguns usos culturais que a mulher jovem faz da cidade ao longo de um eixo temporal, traduzido no uso nocturno da cidade, a que a sociologia tem dedicado um limitadíssimo esforço de análise, e outro espacial, representado pelo universo cultural do *pub*. A liberdade que a cidade e a cultura urbana oferecem a todos por igual é sempre desigualmente apropriada, de acordo com os vários alinhamentos sociais, económicos e culturais. Aqui, em que o que sobressai são as relações sociais de sexo, o uso diferenciado que as jovens mulheres fazem de Newcastle ilustra como as suas identidades se transformam ao sabor das práticas sociais e da cultura urbana.

Não só os indivíduos, homens e mulheres, transformam as suas identidades. Também as cidades o fazem. O texto de Carlos Fortuna oferece uma interpretação teórica sobre a conquista e transformação das imagens e identidades das cidades, seguida da ilustração empírica da cidade de Évora. O texto sustenta que, sob o impacto da globalização, a concorrência intercidades impõe, sobre estas, exigências e desafios novos, de cuja resolução depende a sua modernização. Esta, porém, não ocorre no vazio e, como se sustenta no texto, uma das formas mais expeditas de entender a modernização das cidades é através da "reinvenção da tradição" e da sua reconversão em recurso competitivo. A imagem da cidade está, ela própria, sujeita a este processo, que o autor designa por destradicionalização. Aplicadas ao caso de Évora, as hipóteses de Carlos Fortuna permitem-lhe argumentar no sentido da transfiguração da imagem daquela cidade, de uma cidade de província, culturalmente fechada e tradicionalista, numa outra, de cidade simbolicamente global, aberta e em processo de modernização. O património histórico e monumental local, ele próprio em processo de destradicionalização, desempenha um papel crucial nesta reconfiguração da identidade-imagem da cidade alentejana. Reconhecida pela UNESCO, como "património da humanidade", Évora tem encontrado no turismo urbano e cultural um dos seus recursos mais valiosos, tanto no que diz respeito à redinamização da cultura e da economia locais quanto no que se refere à sua projecção internacional.

A terminar, o texto de António Arantes. Com "A guerra dos lugares", o autor convida-nos a um percurso singular pelos lugares pelos não-lugares antropológicos da cidade de São Paulo. Aqui vive-se e experimenta-se a conflitualidade e a tensão de que a metrópole é feita, a tal ponto que não é possível determinar se estamos todos juntos, ainda que em mundos diferentes (como insinua Hans, o homem dos biscates), ou se, ao contrário, estamos todos separados, embora no mesmo mundo. É sobre a dissolução das fronteiras entre espaços, identidades e práticas sociais que Arantes escreve. Simmel (1988), que viu na porta um elo tanto de separação como de união, está presente, com Arantes e conosco, neste percurso. Mas também estão de Certeau (1990) e a condição possibilista que a cidade revela aos transeuntes, ou Turner (1969) e a liminaridade e transitoriedade dos espaços da cidade. O texto de Arantes conduz-nos, ora por territórios da cidade por onde todos

passam sem que ninguém aí permaneça (espaços auto-referenciados), ora por territórios onde se permanece sem que ninguém ou poucos por aí passem (onde os sujeitos se tornam culturalmente invisíveis), ora face a edifícios e monumentos que celebram diferentes formas de poder, ora ainda por lugares de não poder, de desconfiança, transgressão e risco, mas também de complicitades e solidariedades que estimulam e não deixam indiferentes o nosso corpo e o nosso espírito. Os territórios de São Paulo são bem a confirmação de que o espaço não necessita de ser dito para ter significado, como sustentaria Algirdas Greimas (1976). Mas no dizer do texto de António Arantes, a metrópole revela-se na pluralidade dos seus significados, polissémica, entrecruzada, sobreposta, transgressora, estonteante, irrepitível e sem fronteiras.

Como se vê, é variado o campo de hipóteses, de descrições e de interpretações que se juntam neste livro. Como se disse antes, sendo fundamentalmente uma colectânea de ensaios de sociologia, espera-se que, em função dos seus diversos pontos de partida e interrogações, possa contribuir para a construção de um discurso tão multifacetado e plural como a própria cidade, o qual, por isso mesmo, se nos apresenta como o único discurso capaz de lhe conferir mais sentido e maior inteligibilidade. Esse será um dos possíveis, e desejáveis, pontos de chegada deste livro.

### Notas

- 1 Gostaria de expressar o meu agradecimento a estas instituições, mas também à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, pelo apoio parcial concedido à organização do encontro. Desejo, igualmente, agradecer aos autores dos diferentes textos apresentados ao encontro e aqui incluídos a sua disponibilidade e a prontidão com que aceitaram sugestões e procederam a alterações dos seus originais. Por fim, a minha gratidão a Derek Wynne, Claudino Ferreira, Paula Abreu, Paulo Peixoto e Alexandra Dias, pelo apoio concedido, quer na organização do encontro, quer no tratamento final desta selecção de textos.
- 2 Estou a pensar, entre outros, nos trabalhos de Carlos V. de Faria (1980), A. Fonseca Ferreira (1987), Vítor M. Ferreira (1987), Isabel Guerra (1991), Teresa B. Salgueiro (1992), Eduardo B. Henriques (1996), Nuno Serra (1996) e os contidos em diferentes colectâneas (Tavares, 1993; AAVV, 1987, 1988, 1990a, 1990b, 1993).
- 3 Henri Lefebvre, com a sua concepção de espaço "socialmente construído", simultaneamente homogéneo e fragmentado, é um dos autores mais destacados neste movimento de reconceptualização do elemento urbano. Para este pensador francês, a cidade definir-se-á menos pelo seu elemento físico construído e pela sua arquitectura, e mais pelas práticas espaciais que nela têm lugar, nomeadamente as práticas de representação do espaço e dos poderes políticos e sociais (Lefebvre, 1991). Pode dizer-se que Lefebvre contribuiu para fazer deslocar a



análise da cidade dos termos que a dominaram até aos meados dos anos 80, onde a economia política da cidade, a importância do (consumo do) espaço, as lutas e os movimentos urbanos ganharam relevo, como o testemunha a interessante discussão em redor dos trabalhos de M. Castells (1973), D. Harvey (1973) e P. Saunders (1980).

- 4 O próprio léxico da intervenção técnica e paisagística se alterou. O planeamento urbano de pendor descritivista cedeu perante o planeamento estratégico de natureza político-social, a preocupação com a expansão física de cidade transformou-se em preocupação com a requalificação e a imagem da cidade, a sua qualidade ambiental, condições de vida e sustentabilidade, tendo-se generalizado noções como as de "cidade-empresa", "marketing urbano", "concorrência intercidades" (Kanter, 1995; Portas, 1993; Domingues, 1996).
- 5 Algo paradoxalmente, porquanto, menos consolidada institucionalmente, foi a sociologia alemã que pioneiramente se dedicou a esta nova reflexão (Sennett, 1969; Jonas, 1995b). Enquanto a sociologia urbana e a análise da cultura das cidades têm uma dimensão pouco mais do que marginal em Inglaterra nesta parte final do século XIX, em França ambas começam a ganhar destaque com os trabalhos de E. Durkheim, M. Mauss, M. Halbwachs e P. H. Chombart de Lauwe. Nos EUA seria preciso esperar algumas décadas pelos contributos da Escola de Chicago, nomeadamente pelos trabalhos de R. Park, E. Burgess e L. Wirth, entre outros.
- 6 Quando não referidas explicitamente as suas fontes, estando subentendida a sua autoria, as citações dizem respeito a textos inseridos nesta antologia.
- 7 Esta espectacularidade pode ser ilustrada na fórmula condensada, oferecida por Schivelbusch (1988, 148) sobre a cidade, "a montra iluminada como palco, a rua como teatro e os transeuntes como audiência".
- 8 Em oposição ao efeito centralizador que Saskia Sassen atribui à cidade em resultado da globalização, encontram-se numerosas interpretações alternativas que destacam a natureza fundamentalmente descentralizadora, por isso desigual nos seus efeitos, da moderna tecnologia de informação. Nesta linha de argumento, vejam-se os trabalhos recentes sobre o redesenvolvimento desigual (por exemplo, Massey e Allen, 1988).

### Referências bibliográficas

- AAVV, 1987, "A cidade em Portugal: onde se vive", *Povos e Culturas*, 2.
- AAVV, 1988, "A cidade em Portugal: como se vive", *Povos e Culturas*, 3.
- AAVV, 1990a, *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa no Final do Século*, *Actas do I Congresso Português de Sociologia* (Associação Portuguesa de Sociologia) (vol. 2, secção 3), Lisboa, Fragmentos.
- AAVV, 1990b, *Actas do Colóquio "Viver na Cidade"*, Lisboa, Grupo de Ecologia Social (LNEC) e Centro de Estudos Territoriais (ISCTE).

- AAVV, 1993, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, *Actas do II Congresso Português de Sociologia* (Associação Portuguesa de Sociologia) (vol. 1, grupo IV), Lisboa, Fragmentos.
- Baudelaire, C., 1993 [1863], *O Pintor da Vida Moderna*, Lisboa, Vega (trad. de Teresa Cruz).
- Buck-Morss, S., 1993, *The Dialectics of Seeing. Walter Benjamin and the Arcades Project*, Cambridge (Mass.) e Londres, MIT Press.
- Castells, M., 1973, *La question urbaine*, Paris, Maspero.
- Chaney, D., 1994, *The Cultural Turn: Scene-Setting Essays on Contemporary Cultural History*, Londres, Routledge.
- Clark, D., 1996, *Urban World/Global City*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Collins, R., 1985, *Three Sociological Traditions*, Oxford, Oxford University Press.
- Davis, M., 1992, "Fortress Los Angeles: the militarization of urban space", in Sorkin, M. (org.), *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space*, Nova Iorque, Noonday Press, 154-180.
- de Certeau, M., 1990 [1980], *L'Invention du quotidien*, t. 1, *Arts de faire*, Paris, Gallimard.
- Domingues, A., 1996, "Política urbana e competitividade", *Sociedade e Território*, 23, 31-42.
- Elias, N., 1989, *O Processo Civilizacional*, Lisboa, D. Quixote (2 vols.) (trad. de Lídia C. Rodrigues).
- Engels, F., 1958 [1845], *The Condition of the Working Class in England*, Stanford, Stanford University Press.
- Faria, C. V., 1980, *Novo Fenómeno Urbano — Aglomeração de Setúbal*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- Ferreira, A. F., 1987, *Para Uma Nova Política de Habitação*, Porto, Afrontamento.
- Ferreira, V. M., 1987, *A Cidade de Lisboa: De Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, D. Quixote.
- Friedrichs, J., e Dangschat, J., 1993, "Hamburg: culture and urban competition", in Bianchini, F., e Parkinson, M. (orgs.), *Cultural Policy and Urban Regeneration: The West European Experience*, Manchester, Manchester University Press, 114-134.
- Frisby, D., 1985, *Fragments of Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- Geddes, P., 1915, *Cities in Evolution*, Londres, William and Norgate.
- Greimas, A., 1976, *Sémiotiques et sciences sociales*, Paris, Seuil.
- Guerra, I., 1991, "Changements urbains et modes de vie dans la péninsule de Setúbal, 1974-1986", tese de doutoramento, Tours, Université François Rabelais.
- Hall, P., 1966, *World Cities*, Londres, Weidenfeld and Nicolson.
- Hannerz, U., 1980, *Exploring the City. Inquiries toward an Urban Anthropology*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- Harvey, D., 1973, *Social Justice and the City*, Oxford, Blackwell.
- Harvey, D., 1989, *The Condition of Postmodernity*, Oxford, Blackwell.
- Henriques, E. B., 1996, *Lisboa Turística: Entre o Imaginário e a Cidade*, Lisboa, Colibri.
- Jenks, C., 1995, "Watching your step: the history and practice of the flâneur", in idem (org.), *Visual Culture*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

- Jonas, S., 1995a, "La Groszstadt-metropole européenne dans la sociologie des pères Fondateurs Allemands", in Rémy (org.), 19-35.
- Jonas, S., 1995b, "La metropolisation de la société dans l'oeuvre de Georg Simmel", in Rémy (org.), 51-59.
- Kanter, R. M., 1995, *World Class: Thriving Locally in the Global Economy*, Nova Iorque, Simon and Schuster.
- King, A. (org.), 1996, *Representing the City: Ethnicity, Capital and Culture in the 21st Century Metropolis*, Houndmills e Londres, Macmillan.
- Latour, B., 1994, *Nous n'avons jamais été modernes*, Paris, La Découverte.
- Lefebvre, H., 1991 [1974], *The Production of Space*, Oxford, Blackwell.
- LeGates, R., e Stout, F. (orgs.), 1996, *The City Reader*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- McRobbie, A., 1991, *Feminism and Youth Culture: From 'Jackie' to 'Just Seventeen'*, Londres, Macmillan.
- Massey, D., e Allen, J. (orgs.), 1988, *Uneven Redevelopment*, Londres, Hodder and Stoughton.
- Meller, H., 1990, *Patrick Geddes: Social Evolutionist and City Planner*, Londres, Routledge.
- Mennell, S., 1985, *All Manners of Food: Eating and Taste in England and France from the Middle Ages to the Present*, Oxford, Blackwell.
- Ostrowetsky, S. (org.), 1996, *Sociologues en ville*, Paris, L'Harmattan.
- Pais, J. M., 1993, "Nas rotas do quotidiano", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37, 105-115.
- Park, R. E., 1952, *Human Communities: The City and Human Ecology*, Glencoe, Free Press.
- Park, R. E., 1967 [1915], "The city: suggestions for the investigation of human behavior in an urban environment", in Park, R. E., Burgess, E. W., e McKenzie, R. D., *The City*, Chicago, Chicago University Press.
- Pellegrino, P. (org.), 1994, *Figures architecturales — Formes urbaines*, Genebra, Anthropos.
- Pirenne, H., 1973 [1925], *As Cidades da Idade Média*, Mem Martins, Europa-América (3.ª ed.) (trad. de Carlos M. Miguel).
- Portas, N., 1993, "Pasado, presente y futuro de las ciudades patrimonio de la humanidad", in *Actas del Congreso Internacional Urbanismo y Conservación de Ciudades Patrimonio de la Humanidad*, Mérida, 277-291.
- Purvis, S., 1997, "New cultural intermediaries: Manchester's pop fashion designers", in Bovone, L. (org.), *Mode*, Milão, Franco Angeli, 291-309.
- Rémy, J. (org.), 1995, *George Simmel: ville et modernité*, Paris, L'Harmattan.
- Salgueiro, T. B., 1992, *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Porto, Afrontamento.
- Santos, B. S., 1996, "A queda do *angelus novus*: para além da equação moderna entre raízes e opções", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 45, 5-34.
- Santos, B. S., 1997, "Por uma concepção multicultural de direitos humanos", *Lua Nova*, 39, 105-124.
- Sassen, S., 1991, *The Global City: New York, London, Tokyo*, Princeton (NJ), Princeton University Press.

- Sassen, S., 1994, *Cities in a World Economy*, Thousand Oaks, Pine Forge Press.
- Saunders, P., 1980, *Urban Politics*, Londres, Penguin.
- Saunders, P., 1993 [1981], *Social Theory and the Urban Question*, Londres, Routledge.
- Savage, M., e Warde, A., 1993, *Urban Sociology, Capitalism and Modernity*, Londres, Macmillan (versão portuguesa, Celta Editora).
- Schivelbusch, W., 1988, *Disenchanted Night: The Industrialization of Light in the Nineteenth Century*, Nova Iorque, Berg.
- Sennett, R., 1969, *Classic Essays on the Culture of Cities*, Englewood Cliffs (NJ), Prentice-Hall.
- Sennett, R., 1978, *The Fall of Public Man*, Nova Iorque, Vintage Books.
- Serra, N., 1996, "Estado, Território e Estratégias de Habitação", tese de mestrado, Coimbra, Faculdade de Letras (mimeo).
- Shields, R., 1996, "A guide to urban representation and what to do about it: alternative traditions of urban theory", in King, A. (org.), 227-252.
- Short, J. R., 1991, *Imagined Country: Environment, Culture and Society*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Simmel, G., 1988 [1909], "Pont et porte" in idem, *La Tragedie de la Culture et autres essais*, Paris, Petite Bibliothèque Rivages.
- Smart, B., 1994, "Digesting the modern diet: gastro-porn, fast food and panic eating", in Tester, K. (org.), 158-180.
- Sombart, W., 1978 [1916], *Il Capitalismo Moderno*, Turim, Unione Tipografico.
- Sombart, W., 1983 [1912], *Amor, Luxo e Capitalismo*, Venda Nova, Bertrand (trad. de Adília A. Batista).
- Stallybrass, P., e White, A., 1986, *The Politics and Poetics of Transgression*, Londres, Methuen.
- Stilgoe, J. R., 1988, *Borderland: Origins of the American Suburb (1820-1939)*, New Haven, Yale University Press.
- Tavares, M. J. F. (coord.), 1993, *A Cidade: Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Tester, K. (org.), 1994, *The Flâneur*, Londres, Routledge.
- Tester, K., 1994, "Introduction", in idem (org.), 1-21.
- Tofler, A., s.d. [1970], *Choque do Futuro*, Lisboa, Livros do Brasil (trad. de Fernanda P. Rodrigues).
- Tönnies, F., 1972 [1887], *Comunidad y Asociación*, Barcelona, Ediciones Península, (trad. de José-Francisco Ivars).
- Turner, V., 1969, *The Ritual Process*, Harmondsworth, Penguin.
- United Nations, 1990, *World Urbanization Prospects*, Nova Iorque, United Nations.
- Weber, M., 1978 [1922], *Economy and Society*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press.
- Weber, M., 1982 [1921], *La ville*, Paris, Aubier Montaigne.
- Weinstein, D., e Weinstein, M., 1993, *Postmodern(ized) Simmel*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Westwood, S., e Williams, J. (orgs.), 1997, *Imagining Cities: Scripts, Signs, Memory*, Londres, Routledge.

Willis, P., 1977, *Learning to Labour: How Working-Class Kids Get Working-Class Jobs*, Farnborough, Saxon House.

Zukin, S., 1991, *Landscapes of Power: From Detroit to Disneyland*, Berkeley, University of California Press.

Zukin, S., 1995, *The Cultures of Cities*, Cambridge (Mass.) e Oxford, Blackwell.

Zukin, S., 1996, "Space and symbols in an age of decline", in King, A. (org.), 43-59.

Handwritten notes in the right margin, including the word "Problemas" and other illegible text.

Capítulo 5  
**OS NOVOS INTERMEDIÁRIOS CULTURAIS**  
Considerações sobre a cultura pós-moderna

*Laura Bovone*

Com a expressão “novos intermediários culturais” pretendo designar uma série de profissões novas, ou renovadas, intimamente ligadas aos processos comunicativos, que têm uma função crucial na sociedade actual. Pretendo mostrar como estas profissões podem ilustrar e personificar as ambivalências e incertezas de percurso da cultura de hoje.

Mais concretamente, refiro-me — embora apenas no plano colectivo — a jornalistas e publicistas, produtores de televisão, operadores de turismo, directores de centros culturais e criadores de moda, arquitectos, galeristas, e assim por diante. Não estão em causa executivos ou técnicos, mas pessoas que, embora não necessariamente qualificadas, sob o ponto de vista formal, para essas profissões, possuem uma cultura de tipo superior e podem, portanto, ser consideradas elos determinantes da cadeia criação-manipulação-transmissão de bens com elevado conteúdo de informação, cujo valor simbólico é preponderante.

O argumento que se pretende sustentar é o da centralidade destas profissões. Tal centralidade, no entanto, é um termo paradoxal no contexto de uma cultura acêntrica, como a da era pós-moderna (Bovone, 1990). Todavia, constitui uma indicação da sua particular propensão para assimilar, reproduzir e pôr em evidência as lógicas contrastantes presentes na ambivalente sociedade contemporânea.

O presente trabalho relaciona-se de perto com outras investigações, realizadas nos anos 80, sobre as camadas intelectuais emergentes, os seus sistemas de valores e estilos de vida (Bovone, 1984 e, 1991). Também aqui o objectivo é o de enquadrar os possíveis actores susceptíveis de se tornarem agentes da mudança cultural. Os estudos precedentes debruçavam-se sobre a geração de intelectuais que se tornara adulta nos anos da contestação estudantil e que, por isso, fora bruscamente ressocializada em função de valores antagónicos, face aos que assimilara na própria família ou na escola. O papel de charneira cultural desta geração, associado à sua tentativa de

conciliação de instâncias diversas num só projecto de vida — a vida “com-pósita”, feita de trabalho e de outras actividades de expressão artística, política, movimentos de solidariedade, etc. —, conferiu-lhe um estatuto emblemático do sincretismo pós-moderno.

Os novos intermediários culturais, por sua vez, podem ser considerados uma categoria particular de intelectuais, uma expressão típica da cultura pós-moderna e dos seus operadores privilegiados (Featherstone, 1991; Bovone, 1993). Isto não significa, de modo algum, que tenhamos de abandonar a hipótese geracional que orientou as anteriores investigações, a qual conserva a sua validade, como critério de interpretação da mudança cultural e, em particular, da fisionomia dos valores próprios das camadas intelectuais (Grathoff, 1990) enquanto estratos sociais cujo processo de socialização, como sucedeu com a geração dos anos 60 e 70, percorre e, em muitos casos, implica uma mobilização colectiva claramente homogénea. Creio, na verdade, que a variável idade-geração pode contribuir também para dilucidar estilos de vida e modos de trabalho de categorias sociais com afinidades profissionais específicas, como aquelas de que se ocupa este estudo. Pode mesmo admitir-se que a geração estudada nos anos 80 se tenha expandido de forma a absorver grupos periféricos e se tenha constituído, se não no único modelo cultural, pelo menos no modelo dominante. Logo que se afirmou na vida profissional, esta geração tornou-se extremamente influente, em especial nos sistemas de comunicação.

Começarei por discutir alguns dos atributos que qualificam a cultura pós-moderna, nomeadamente a ambivalência e a reflexividade que parecem caracterizar não só a cultura no seu todo, como também, e em particular, a identidade pós-moderna. Procurar-se-á, pois, mostrar que os sistemas de comunicação, habitados e animados pelos novos intermediários culturais, são o próprio lugar da reflexividade e da ambivalência. Os novos intermediários culturais constroem o seu próprio papel sobre os escombros de outros em declínio, como os do intelectual e do artista, conjugando, de um modo muito mais directo do que estes, a lógica da pesquisa criativa com a lógica de mercado.

### O pós-moderno: categoria descritiva e tolerante

É difícil dizer alguma coisa de novo sobre a pós-modernidade, mesmo quando se trata de uma categoria que não tem muitos apoiantes, como sucede no panorama sociológico italiano (Crespi, 1988; Belohradsky, 1989; Bovone, 1990; Ferrara, 1992; Donati, 1993), ou suscita uma relação de afastamento (Ardigý, 1988). Contudo, como ocorre em meios ligados ao estudo das ciências sociais de raiz anglo-saxónica, falar de pós-modernidade tornou-se um lugar-comum a que, por vezes, se recorre de modo excessivo (Foster, 1984; Jameson, 1984; Lash, 1990; Featherstone, 1991; Bauman, 1991 e 1992; Seidman

e Wagner, 1992), dado o facto de, salvas algumas excepções (Habermas, 1981; Giddens, 1990), ser tratado de modo equivalente ao termo pós-industrial. Com efeito, o conceito de pós-modernidade penetra o campo disciplinar da sociologia através do trabalho de J. F. Lyotard (1979), que no-lo apresenta como a face cultural do pós-industrialismo. Nem todas as características da pós-modernidade têm a mesma revelância para o nosso trabalho, ainda que reconhecamos que se revela um conceito válido para analisar a cultura contemporânea, em especial o papel dos seus difusores.

### Do moderno ao pós-moderno

Para definir o moderno, ou melhor, o processo de modernização, recorreremos ao contributo clássico contido em *The Homeless Mind* (Berger *et al.*, 1974), que tem o grande mérito de conjugar factores estruturais e culturais de mudança social e, acima de tudo, de interpretar os factores culturais do ponto de vista da subjectividade dos próprios actores. Na senda de Max Weber, *The Homeless Mind* coloca os principais agentes da modernização no modo técnico-burocrático de produção, atribuindo-lhes, no contexto do universo simbólico da modernidade, a origem não só da contínua procura de racionalidade, mas também de uma concepção compósita, pluralista e infinitamente perfectível da realidade social, e ainda a capacidade de autodistanciação face ao seu papel, o mesmo é dizer, para não esgotar a própria identidade na realização dos seus próprios papéis sociais (Berger *et al.*, 1974, 111-115). Tais linhas simbólicas do moderno conduzem à formação de uma identidade desenraizada, uma identidade dividida e aberta, reflexiva e em crise permanente, que faz do planeamento da existência a razão de ser da sua vida (*id.*, *ibid.*, 64-78).

Para os autores de *The Homeless Mind*, os elementos de desmodernização que se avolumam na segunda metade do nosso século não parecem marcar o declínio de uma era ou constituir-se em verdadeiras contratendências, mas antes pontos de resistência. Trata-se, em sua opinião, de fenómenos parciais e esporádicos de contracultura jovem e ecológica ou de escolhas políticas terceiro-mundistas.

Em minha opinião, pelo contrário, os movimentos sociais dos anos 60 e 70 tornaram visível e conferiram maturidade à transição de uma sociedade industrial, para uma outra pós-industrial (Touraine, 1969; Bell, 1975), ao contribuírem para a crescente importância da informação, da cultura e da comunicação na economia e na estrutura do poder, bem como para a gradual perda de hegemonia da racionalidade económica, como valor fulcral da vida social (Bovone, 1982). Perante tais movimentos, os blocos políticos e as plataformas ideológicas tradicionais entram em crise, embora continue a acreditar-se, durante alguns anos, na possibilidade de uma reconstrução do

panorama cultural e, principalmente, na promessa moderna de progresso. Depois, a partir dos anos 80, quando a aniquilação do socialismo real se torna irreversível, amplia-se desmesuradamente a crença no grande princípio original da sociedade capitalista: o pluralismo. Ao mesmo tempo, parece desaparecer a capacidade de planejar a fé na racionalidade, a vontade de acção e o caminho da perfeição.

Creio que, neste ponto, há um ciclo que parece ter chegado ao seu termo. Tal como sucedeu com outras metanarrativas da era pré-moderna, são agora as narrativas da modernidade a perder credibilidade, como o mito do progresso tecnológico e económico. Porém, este ciclo termina, essencialmente, quando se esgota não só a esperança, mas também a expectativa numa outra metanarrativa, tendo-se chegado a uma situação em que não existe qualquer ponto de vista que possa ser globalmente compartilhado. Inevitavelmente, aumenta a sensação de perda de raízes, ao mesmo tempo que, mesmo em conjunturas económicas favoráveis, diminui a crença numa infinita possibilidade de escolha (La Valle, 1991), tudo sucedendo, o que é ainda mais importante, sem qualquer sentimento de “nostalgia” de uma “raiz” que as últimas gerações nunca conheceram. Ou seja, entre o moderno e o pós-moderno processa-se uma passagem da procura da ordem e do modo de superar as ambivalências da modernidade para a pacífica convivência com elas (Bauman, 1991).

Com efeito, a situação de desenraizamento, característica da identidade moderna, permanece também como traço da identidade pós-moderna (Kellner, 1992). Deste ponto de vista, portanto, parece correcta tanto a posição de quem recusa a existência de uma ruptura entre projectos e vê no pós-moderno uma rejeição neoconservadora da modernidade (Habermas, 1981) como a posição que sustenta que a nossa cultura se caracteriza, não por uma passagem à pós-modernidade, mas por uma fase de modernidade radical (Giddens, 1990).

Não obstante o desencantamento e a pluralização dos universos de vida, alguns traços da modernidade — tais como a centralidade do trabalho na vida individual e na sociedade, ou a rígida distinção sexual e etária dos papéis sociais — continuaram, até tempos recentes, a alimentar a ideia de uma identidade com raízes profundas, pelo menos até que os seus fundamentos fossem postos em causa pelos movimentos sociais dos anos 60 e 70. Foi assim até que as certezas estruturais da modernidade, o mito do progresso infinito, a supremacia do homem sobre a natureza, ou o potencial inesgotável da ciência e da técnica, começaram a ser pontos de discórdia. Se o “desencantamento moderno” permitira ao homem apoderar-se da natureza (Weber, 1968) e, pelo recurso à racionalidade instrumental, emancipar-se perante os elementos mágicos e religiosos, a crise da ordem racional na pós-modernidade equivale a um processo de “reencantamento” do mundo e de uma renovada sujeição aos seus códigos e poderes (Bauman, 1992; Maffesoli, 1993).

O ciclo político referido parece concluído devido também à renúncia em se assumir a pós-modernidade como categoria englobante (Bovone, 1990) ou como qualquer coisa mais do que mera indicação de tendências. Tratar-se-á tão-só de uma tentativa de descrição da mudança cultural, mais concretamente dos seus elementos mais visíveis, aqueles que se contrapõem aos que foram sempre considerados típicos da modernidade, e não necessariamente por se substituírem a estes últimos (Mora, 1990). Além disso, é próprio do exasperado pluralismo pós-moderno conviver sem polémica com o seu oposto, fazer da combinação de estilos de vida um estilo de vida próprio e da recuperação de fragmentos do passado, não um cadinho onde se anulariam as diferenças, mas uma colagem.

Assim, definir a pós-modernidade como um “paradigma cultural” (Lash, 1990) pode parecer excessivo, mesmo conhecendo-se o relativismo que subjaz a tal termo (Kuhn, 1970). Sem crer na verdadeira hegemonia das características da pós-modernidade, a partir do momento em que elas contêm e se articulam com pedaços da cultura moderna, parece legítimo que possamos recorrer a esse tão flexível sistema conceptual.

#### Ambivalência e reflexividade: as faces da identidade pós-moderna

Cada época encontrou as suas próprias razões para justificar as contradições e ambivalências da condição humana, mas até hoje a nossa cultura apenas tentou fazê-lo através da sua própria superação. Primeiro, foi a razão divina, que chegava aonde o homem não era capaz e potenciava, em si, tudo o que de positivo era possível avistar, de tal forma que todos os aspectos negativos eram anulados. Na época moderna, que não admitia que a realidade evoluísse à margem da sua concepção de ordem, usou-se a razão humana para sustentar um projecto de vida e de história.

Como sugere Z. Bauman (1991), é típico do homem pós-moderno “conviver com a ambivalência”, aceitá-la como inevitável, adaptar-se a ela, compartilhando os problemas com aqueles que, ao menos provisoriamente, parecem perspectivá-los de modo análogo e dar-lhes uma solução afectiva e comunitária. Típico do homem pós-moderno é, sobretudo, elaborar a ambivalência, desembaraçá-la, conferir-lhe lógica nos limites de uma linguagem genericamente aceite, fazendo da própria vida uma narrativa atraente.

A reflexividade, conceito já utilizado por A. Schutz (1960) para reelaborar temas husserlianos, é uma categoria-chave da etnometodologia, referente a um processo indistinto de construção e reflexão sobre a realidade. A reflexividade serve aos sujeitos para “produzir, realizar, reconhecer e demonstrar a adequação racional dos efeitos práticos dos seus procedimentos” (Garfinkel, 1967, 2). Nesta acepção, trata-se de uma prática de produção de sentido, um trabalho levado a cabo por sujeitos em interacção para dar sentido àquilo

que fizeram ou estão a fazer e, como tal, susceptível de se distinguir do fazer apenas por via analítica.

À semelhança de outros aspectos da pós-modernidade, a reflexividade tem as suas raízes na modernidade. A identidade desenraizada é reflexiva, pois, sem se fundar em lugar algum, volta sempre a auto-interrogar-se (Berger *et al.*, 1974). A crise de identidade é um trabalho contínuo da identidade sobre si própria. Todavia, segundo A. Giddens (1990, 38), toda a vida social moderna é reflexiva: “A reflexividade da vida social moderna consiste no facto de as práticas sociais serem constantemente examinadas e reformadas à luz da informação adquirida sobre essas práticas, alterando assim constitutivamente o seu carácter.”

A escrita expande o potencial de reflexividade e a crença moderna na razão legitima-o e reforça-o ainda mais. A reflexividade é, portanto, própria a todas as ciências, e constitui um modo de estar do intelectual moderno. Mas a reflexividade e a sua fonte de alimentação — a informação — contribuem por si para a própria instabilidade do conhecimento e da consciência (Prandstraller, 1990). Representa uma fé extrema na racionalidade, que desemboca inevitavelmente, como argumenta Habermas, na crise da própria racionalidade.

Quer consideremos isto uma etapa da modernidade, como faz Giddens, ou uma transformação que conduz à pós-modernidade, é importante reconhecer a centralidade dos sistemas de comunicação neste processo. Poder-se-ia mesmo construir uma fórmula: quanto mais potentes são os sistemas de comunicação e de informação, tanto mais incisiva é a reflexividade na vida social, e mais notória a sua presença nas consciências individuais.

De facto, continuando a seguir Giddens (1991, 5), “o projecto reflexivo do *self*, que consiste na manutenção de narrativas biográficas coerentes, ainda que continuamente revistas, ocorre no contexto da escolha múltipla, filtrada através dos sistemas abstractos”, quer sejam tecnologias, sistemas periciais ou instrumentos simbólicos, como o dinheiro. A abertura dos horizontes e o desdobramento das escolhas dependem directamente do processo de globalização que caracteriza aquilo a que Giddens chama “modernidade tardia”. Esta globalização diz respeito à crescente interdependência política, cultural, ou comunicativa, entre as partes que constituem o mundo e o género humano (Robertson, 1992; King, 1991). Ela não corresponde de forma alguma a um processo de homogeneização, mas, porventura, a uma percepção mais aguda das diversidades (Featherstone, 1993) e, portanto, a uma relativização tanto dos sistemas sociais e das suas regras de convivência como das identidades pessoais e das suas perspectivas individuais.

Existe, portanto, uma ligação íntima entre a pesquisa pessoal e reflexiva da identidade e o processo de globalização. Este, ao mesmo tempo que nos torna mais conscientes dos enormes riscos que nos envolvem, põe em relevo os limites das nossas vidas e dos nossos sistemas de valores. Instaura a dúvida e a necessidade de ulteriores escolhas. O indivíduo e a sua “autenti-

cidade” tornam-se a única medida em função da qual as decisões podem ser tomadas (Giddens, 1991, 9).

O narcisismo, que estigmatiza a atitude de renúncia e promove a clausura passiva como uma das possíveis vias de saída de um horizonte opcional demasiado vasto (Lasch, 1984), não é um diagnóstico adequado da síndrome da identidade pós-moderna. Esta situação também pode levar a uma procura hiperactiva de auto-realização nunca alcançada (Yankelovich, 1982). A identidade oscila, pois, entre novas possibilidades e novas sujeições, e o mundo global é “um mundo de interlocutores reflexivos” (Robertson, 1992, 31).

Se a identidade é o lugar íntimo onde actua a ambivalência, os sistemas de comunicação manifestam-se, eles mesmos, como sistemas reflexivos, que constroem e reconstróem a nossa cultura, reflectem sobre si próprios, falam consigo próprios, citam-se e modificam-se. Os sistemas de comunicação, embora criados por intelectuais entregues à constituição de novos modos de dar voz à reflexividade social, substituem-se-lhes enquanto porta-vozes dessa mesma reflexividade social.

### Os novos intermediários culturais

Ao tentar oferecer uma enésima definição da pós-modernidade, Bauman (1992: vii) afirma que “se trata também — talvez mais do que qualquer outra coisa — de um estado de espírito. Mais precisamente, continua, o estado daqueles espíritos que têm por hábito (ou será compulsão?) reflectir sobre si mesmos, de procurar os próprios conteúdos e de os relatar: o espírito dos filósofos, dos pensadores sociais e dos artistas.” Nós acrescentaríamos, o estado de espírito dos novos intermediários culturais, que parecem ser os grandes protagonistas da pós-modernidade, tal como a burguesia e a classe operária foram os protagonistas da modernidade.

#### *A tese de Pierre Bourdieu*

O recurso à expressão novos intermediários culturais para indicar, sinteticamente, o que aqui está em causa exige, desde logo, uma clarificação da definição contida, de forma assistemática, nas muitas páginas de *A Distinção*, de Bourdieu (1979). Na parte final do trabalho, onde pela primeira vez aparece esta expressão, diz-se que os novos intermediários culturais funcionam como “cadeia de transmissão” do gosto típico das classes superiores, do bom gosto, enquanto membros de um novo tipo de pequena burguesia. Seriam “encarregados de uma subtil actividade de manipulação nas empresas industriais ou na gestão da produção cultural: rádio, televisão, empresas de sondagem, estúdios de pesquisa, grandes jornais diários e semanários e, sobretudo, nas profissões ligadas ao trabalho social e à animação cultural” (*id.*, *ibid.*, 368).

A distinção é uma forma de capital cultural incorporado — “porte, desempenho, aspecto, dicção e pronúncia, boas maneiras e bons hábitos” (id., *ibid.*, 91) — que, por si, garante a detenção de um gosto infalível e, portanto, sanciona a investidura social de *taste maker*, de modo bem mais significativo do que o faz o capital escolar, de tipo académico.

Bourdieu reconhece abertamente a “ambiguidade” essencial e a dupla lealdade que caracterizam o papel dos intermediários. Por um lado, as suas referências incidem sobre elementos estruturais, que dizem respeito à sua posição de classe (“colocados numa posição instável na estrutura social, como o baixo clero de outras épocas”) e reflectem, de modo evidente, expressões típicas do marxismo. Por outro lado, o sociólogo francês mostra-se muito atento aos aspectos psicológicos próprios de uma tal posição, bem como ao modo segundo o qual esta posição influi sobre as biografias individuais e a imagem que estes actores fazem de si próprios. Eles são (ou parecem ser?) “mercadores de... necessidades que também se vendem continuamente a si próprios, como modelos e como garantes do valor dos seus produtos, são óptimos actores, apenas porque sabem apresentar-se muito bem e porque acreditam no valor daquilo que apresentam e que representam”. Em contrapartida, como se encontram numa posição subordinada e, por vezes, quase alienada, são condenados “à substancial ambiguidade que deriva da diferença entre atitudes, simbolicamente subversivas, ligadas à sua posição na divisão do trabalho e funções de manipulação e de conservação inerentes a estas posições” (id., *ibid.*, 367-369).

Em suma, apesar de Bourdieu se distanciar, explicitamente, tanto de uma abordagem sociológica objectivista, de tipo durkheimiano, como das teorias subjectivistas de base etnometodológica que reduzem os significados e as diferenças sociais a construções de tipo discursivo (id., *ibid.*, 478), propondo, em boa parte, a sua integração, não são poucos os indícios que testemunham a maior atenção conferida aos elementos estruturais, em relação aos supra-estruturais. O capital individual, na sua composição e dinâmica, não parece abrir verdadeiras possibilidades, para além de recriar e inventar novas condições de trabalho. Permanece a lógica do domínio, do poder de impor significados e estilos de vida, de identificar valores *in* e *out*, de demarcar as fronteiras da “distinção”.

#### *Grupos intelectuais emergentes: obstáculos ou ligações?*

Uma visão muito mais possibilista do papel daqueles que possuem uma grande bagagem de informações e de significados é a que oferecem M. Douglas e B. Isherwood. Para estes, os bens (o capital, na terminologia de Bourdieu), “o sistema de informação” ou “a parte visível da cultura” são, em si, “neutros, embora os seus usos sejam sociais e possam ser utilizados, quer como obstáculos, quer como ligações” (Douglas e Isherwood, 1979, 74).

Na hierarquia estabelecida por estes autores, a classe superior é a que investe na informação mais do que na tecnologia (e, obviamente, mais do que na alimentação, domínio no qual os pobres gastam sempre mais, percentualmente, do que os ricos). “Dado que esta é a classe que contemporaneamente utiliza e fabrica a informação, naturalmente que os seus membros não podem deixar de aumentar continuamente a oferta e de acelerar a velocidade do jogo, transformando a sociedade num cenário cada vez mais individualista e competitivo” (id., *ibid.*, 219). É este o âmbito em que a criatividade é mais premiada.

É bem evidente a colocação central e a liderança dos intermediários culturais no “campo em que se trava a batalha da definição e da forma da cultura” (id., *ibid.*, 64). Todavia, eles poderiam também ser os protagonistas de iniciativas políticas inovadoras, passíveis de estabelecerem alianças entre classes, e ser, por isso, os promotores da informação enquanto elo de aproximação, e não enquanto seu obstáculo. Esta dupla possibilidade é sintetizada, com grande precisão, por S. Lash (1990), que, procurando identificar os possíveis êxitos da pós-modernidade à luz dos interesses desse segmento da classe média que a protagoniza, aponta para uma alternativa entre, por um lado, um regime de consumismo dirigido por uma impositiva camada de *yuppies* com poder regulador sobre os valores e, por outro lado, um regime de tolerância, no qual as diferenças (étnicas, de género sexual, etc.) sejam apreciadas na senda dos movimentos políticos de esquerda.

Não creio que tenhamos de considerar os novos intermediários culturais como portadores de uma lógica dominante de classe, ou de “subtil manipulação”. Enquanto típicos expoentes da híbrida pós-modernidade, eles parecem antes ser portadores de diferentes lógicas e, sobretudo, parecem ter a capacidade, ou a necessidade, de compatibilizar diversas lógicas e de conviver pacificamente com essa ambivalência.

Esta posição impõe-se em virtude da coerência que a liga ao que dissemos anteriormente sobre a cultura pós-moderna, da qual estes sujeitos são os expoentes máximos. Ademais, ela impõe-se, de uma forma mais geral, e para além da aceitação ou não do termo pós-modernidade, à luz de quanto tem sido argumentado sobre os crescentes limites do conceito de classe para a compreensão e análise, quer do sistema de desigualdades, quer da percepção subjectiva das próprias oportunidades, quer ainda dos critérios pessoais das escolhas de vida. Conforme observou C. Offe (1969, 50-54), no capitalismo tardio a atenuação do papel condicionante do subsistema económico não pode deixar de pôr em crise o “venerável esquema analítico” marx-weberiano, que liga, de forma rígida, produção, rendimento, oportunidades, posição de classe e conflito. Não só a libertação de alguns esquemas tradicionais da divisão do trabalho fez ampliar as oportunidades individuais de escolha (Beck, 1992; Smelser e Erikson, 1980), como conduziu a uma enorme diversidade de grupos sociais que estão para além das determinantes económicas típicas da luta de classes. Além disso, os mais recentes trabalhos sobre a



estratificação coincidem na recusa em considerar os objectivos económicos ou de poder como os únicos, ou sequer os principais, factores de agregação, do mesmo modo que o emprego não é aceite como o factor determinante da aquisição de direitos de cidadania (Rovati, 1992; Donati, 1993).

Ao contrário da categoria de classe, o *status* foi, desde Weber, passível de um uso mais flexível, menos vinculativo sob o ponto de vista ideológico e circunscrito às características culturais dos sujeitos. Não nos parece desajustado, pois, classificar os novos intermediários culturais como um dos estratos ou camadas de intelectuais emergentes (Bovone, 1993), não apenas como modo de conservar as distâncias em relação a Bourdieu e à sua terminologia, mas também para colocar a tónica sobre a óptica absolutamente cultural do nosso discurso.

Feitas estas considerações teóricas, o objectivo da nossa pesquisa empírica é procurar identificar o nexos que relaciona e confere significado às diversas profissões referidas no âmbito da cultura pós-moderna. Pretendemos, além disso, verificar se existe uma proximidade entre os diferentes percursos educacionais, se existe alguma analogia de posicionamentos face ao trabalho e às histórias de vida e, por fim, se existe alguma contiguidade entre estas histórias de vida e o modo como são percebidas. Estas questões relacionam-se, naturalmente, com o facto de estes sujeitos se encontrarem numa posição semelhante, enquanto veículos de transmissão da informação, e serem intelectuais não apenas por formação, mas também por fazerem uso de “um meio de produção que é uma forma simbólica de produzir. É uma outra forma simbólica” (Ammassari, 1993, 45).

Não poderemos deixar de nos interrogar sobre o grau de variabilidade dos valores políticos, dos estilos de vida e dos modos como estes sujeitos se relacionam com a comunicação, porquanto a sua relação privilegiada com a pós-modernidade se constrói por intermédio de malhas larguíssimas — acumulação de informações, reflexividade, ambivalência, sincretismo, etc. —, em que se cruzam e tornam compatíveis trajectos muito diferentes entre si. Numa palavra, é provável que as diferentes profissões analisadas levem os sujeitos a relacionar-se de modo muito diverso com os elementos que caracterizam a cultura pós-moderna.

#### *Intermediários culturais: artistas, intelectuais e mercadores*

De entre as camadas sociais emergentes que compõem a chamada classe média, os intermediários culturais parecem ser aquela que alcançará uma importância crescente, tanto quantitativa quanto estratégica. Contudo, não é ainda possível delimitar com clareza as suas fronteiras e lógica de acção.

Os intermediários culturais são, sem dúvida, agentes de comunicação, ligados, de forma geral, aos sistemas de comunicação de massas. Constituem o seu esqueleto e, numa certa perspectiva e em alguns sectores, os seus

grandes especialistas. A formação que receberam aproxima-os, na maioria dos casos, da categoria dos intelectuais e, por vezes, dos artistas, como é o caso, por exemplo, de alguns publicistas, criadores de moda e arquitectos. Pode afirmar-se mesmo que as profissões de intermediação cultural constituem uma das actividades potencialmente mais inovadoras para quem pretende conhecer-se, ou, simplesmente, para quem pretende viver como puro artista ou intelectual. O crescente número daqueles que perseguem um currículo educacional de “artista” ou de “intelectual” na sociedade pós-industrial faz deles, inevitavelmente, empregados ou, quando muito, profissionais liberais (Prandstraller, 1990), parecendo ser o mundo dos *mass media* o seu lugar ideal.

Se, até há pouco, a arte e a cultura eram mundos à parte e altamente selectivos, hoje, perante o processo de desdiferenciação social da pós-modernidade (Lash, 1990; Crook-Pakulsky-Waters, 1992), a cultura de elite e a cultura popular misturam-se e a cultura de massas contém-nas a ambas. Com a pós-modernidade assiste-se ao declínio da procura do único, do personalismo típico da cultura burguesa, da vanguarda artística ou política que constituía a verdadeira escola do intelectual típico até aos anos 60. Hoje também o intelectual académico aspira, em muitos casos, a tornar-se um intelectual “mediático”, mestre do *prêt-à-penser* (Berthoud e Busino, 1990). Coloca-se objectivos que não são apenas de ordem cognitiva e do saber, mas trata também da sua aparência estética, de molde a ser apreciado por um vasto público (Boudon, 1990).

Em particular na esfera artística, parece ter desaparecido o percurso orgulhoso, feito de investigação, de descobertas imprevistas, de inversões de estilos. Se, por um lado, tudo isto parece já ter sido experimentado — a história está demasiado presente para no-lo fazer esquecer —, por outro lado, a arte mistura-se com a vida, e os seus valores confundem-se. O ideal do artista moderno, os motivos que o levavam a combater o burguês bem-pensante — hedonismo, libertação, expressão total da própria personalidade —, tornou-se a norma cultural de qualquer cidadão pós-moderno, “perfeito microartista da própria vida privada”, como ilustra A. De Paz (1992, 102). As últimas vanguardas mostraram-nos que tudo pode ser tornado arte-mercadoria e ser vendido. De resto, de há algum tempo a esta parte foi o mercado, enquanto tal, que se apoderou da qualidade da inovação. É então que, com frequência, o artista regressa ao profissionalismo, exerce a sua profissão onde quer que haja espaço para ela, troca o individualismo pelo trabalho de equipa e pelo emprego em macroestruturas, na mira de segurança e subsídios estatais. A sociedade da comunicação e a cultura da imagem são o seu terreno e nenhum deles dispensa o outro. O mundo da produção cultural deixou de ser “um mundo económico às avessas”, como se quis fazer crer (Bourdieu, 1993).

A desdiferenciação interfere com a arte e o mercado, a arte e a vida, a cultura de elite e a cultura popular, não no sentido da impossibilidade de

manejar separadamente tais categorias analíticas, mas no sentido de que as sobreposições entre as respectivas realidades são tais que tornam mais premente o conhecimento das suas interconexões do que das suas realidades isoladas (Muench, 1992). Neste sentido, parece-me importante atentar na categoria dos novos intermediários culturais, como encruzilhada onde convergem lógicas diferentes — de informação e de mercado, comunicativas e comunicativas de massas, de pesquisa intelectual e de expressividade, de conservação e de emancipação. Além de se constituírem como um ponto de vista privilegiado para o conhecimento da sociedade, os novos intermediários culturais são, eles próprios, intérpretes privilegiados das interligações da sociedade da comunicação. Hoje, e de um ponto de vista institucional, os intermediários culturais podem ser vistos num sentido muito mais complexo do que o de Bourdieu. Não são apenas, ou não são tanto, os intermediários do gosto da classe dominante, encarregados da sua difusão entre as classes inferiores, mas revelam-se antes poderosos transmissores de cultura, entregues à elaboração e reelaboração de significados para o grande público, ou, se se preferir, para essa enorme caixa-de-ressonância que são os meios de comunicação de massas.

### Mediação simbólica: entre velhas e novas ambivalências

O termo intermediários engloba, pois, primordialmente, o conceito de mediação simbólica e, além disso, os múltiplos significados que este conceito assume na sociedade mediática.

Hoje, como dizem Berger e Luckmann (1967, 65), “a linguagem constrói numerosas representações simbólicas que parecem dominar a realidade quotidiana como presenças gigantescas de um outro mundo”. Se Berger e Luckmann, para exemplificar este trabalho simbólico, referem apenas os quatro sistemas clássicos da religião, da filosofia, da arte e da ciência, certamente a observação de que a linguagem é capaz não apenas de construir símbolos extremamente distanciados da experiência do quotidiano, mas também de os devolver e apresentar como elementos reais do quotidiano (id., *ibid.*), é igualmente válida para os sistemas de comunicação de massas.

Então os símbolos permitem-nos, por um lado, referir outras realidades da vida quotidiana e constituem-se, eles próprios, em “campos da produção cultural”, ou seja, em realidades socialmente construídas. Uma medida do seu potencial de objectivação emerge da força adquirida pela linguagem das imagens e, de um modo geral, da força que percursos de mediação cada vez mais complexos imprimem aos símbolos, desde a sua criação até à sua fruição.

Não queremos, com isto, partilhar a hipótese catastrófica de Baudrillard (1990) da presença de uma “maquinação” infernal que, ao prometer, ou melhor, ao impor, um excesso de comunicação, acaba por impedir qualquer

tipo de comunicação dotada de bom senso e por sancionar a impossibilidade de relações humanas autênticas e de uma verdadeira informação.

Os intermediários culturais, provavelmente, vivem as ambivalências da sociedade contemporânea de forma mais consciente do que ninguém. Estas ambivalências são, em certa medida, como demonstra Simmel, as mesmas de sempre, visto que a convivência social promove, contraditoriamente, tanto o desejo de diferenciação como o de unidade. Isto é, se definirmos a sociedade como “o conjunto de acções recíprocas onde conteúdos e interesses materiais ou individuais assumem uma determinada forma” que os agrega, a história ensina-nos que “estas formas se autonomizam e agem por si” (Simmel, 1950, 43). Logo, levado ao seu extremo, o jogo da sociabilidade, da arte, da ciência ou da moda esvazia-se de conteúdo. Parece-me, no entanto, de toda a conveniência seguir Simmel até ao fim e assentar no facto de que tais formas de relação constituem sempre um recurso em potência.

Se procurarmos encontrar na moda aquilo que Simmel não pode dizer-nos sobre a cultura de massas, notamos nas suas palavras um entusiasmo que não parece ter sido refreado por uma certa preocupação face aos excessos da moda típicos do nosso “tempo impaciente”. “O verdadeiro fascínio pela moda está quer na possibilidade de sermos guiados por um círculo social que permite que os seus membros se imitem reciprocamente, libertando o indivíduo de qualquer responsabilidade ética e estética, quer na possibilidade de, dentro dos seus limites, os indivíduos criarem estilos próprios, quer por intensificação, quer por recusa da moda” (Simmel, 1985, 60-61).

A duplicidade e a ambivalência que Douglas e Isherwood atribuem globalmente ao sistema de consumo, gerador da vontade simultânea de exclusão e de pertença, correspondem, em Simmel, à ambivalência e à duplicidade da moda. Também me parece evidente a analogia com aquilo a que Habermas chama o “potencial ambivalente” dos *media* quando defende que “as esferas públicas dos *media* hierarquizam e, ao mesmo tempo, abrem os horizontes possíveis de comunicação”. Na verdade, o “potencial autoritário” dos *media*, resultante da estrutura hierárquica e centralizada que os governa, convive com um “potencial emancipatório”, decorrente do facto de continuarem a servir-se de “formas generalizadas de comunicação que não substituem a compreensão linguística, antes a condensam, e permanecem ligadas, assim, ao universo da vida real” (Habermas, 1985, 1069).

Se a teoria de Habermas é válida para “as esferas públicas dos *media*”, é também susceptível de ser aplicada aos sujeitos que trabalham nessas esferas, que podem ser considerados os sujeitos que condensam e fazem o encontro do potencial autoritário com o potencial emancipatório. Tendo acesso tanto aos “*media* de controlo” (dinheiro e poder) como aos “*media* de comunicação” (influência e prestígio), estes sujeitos são também capazes de construir tanto oportunidades de “integração do sistema” como de “integra-

ção social" no sistema, consoante visem primordialmente o sucesso ou o entendimento (id., *ibid.*, 784-792).

Torna-se evidente, deste modo, que o tipo de oportunidades que estes profissionais da comunicação podem oferecer ao seu público depende, em grande parte, donde e como se posicionam a si próprios no *continuum* da ambivalência. Por analogia com o que Crespi (1992, 149) afirma acerca dos artistas, pode dizer-se que, para os especialistas de comunicação, a responsabilidade reside na "grande atenção que dispensam aos meios de comunicação que utilizam e ao profundo conhecimento que têm deles". A linguagem não é usada de forma irreflectida, como na vida quotidiana, nem a sua funcionalidade é controlada, como nos discursos especializados. Trata-se de um caso particular de mediação simbólica, em que "os meios expressivos constituem, eles próprios, a manifestação directa da mensagem".

O argumento que aqui procurei explicitar constitui uma tentativa de interpretação do lugar e das funções gerais dos novos intermediários culturais. Por certo terei exagerado sobre a riqueza e a variedade das profissões em causa. Todavia, creio que, a partir de agora, podemos dar por adquirido o facto de que os novos intermediários culturais, enquanto comunicadores, não se podem subtrair à ambivalência implicada em toda e qualquer mediação simbólica ou movimento cultural. Com efeito, enquanto comunicadores pós-modernos, eles transmitem e constroem uma cultura que já se sabe ser ambivalente e que convive, naturalmente, com a sua própria ambivalência.

### Referências bibliográficas

- Ammassari, P., 1993, "Vecchi e nuovi contesti strutturali e culturali della stratificazione sociale", in *idem* (org.) *Tendenze della stratificazione sociale*, Milão, Vita e Pensiero.
- Ardigj, A., 1988, *Per una sociologia oltre il postmoderno*, Bari, Laterza.
- Baudrillard, J., 1990, *La transparence du mal*, Paris, Galilée.
- Bauman, Z., 1992, *Intimations of Postmodernity*, Londres, Routledge.
- Bauman, Z., 1991, *Modernity and Ambivalence*, Cambridge, Polity Press.
- Beck, U., 1992, *Risk Society*, Londres, Sage.
- Bell, D., 1975, *The Coming of Post-industrial Society*, Nova Iorque, Basic Books.
- Belohradsky, V., 1989, *La modernità e oltre*, Genova, Bozzi.
- Berger, P., e Luckmann, T., 1967, *The Social Construction of Reality*, Nova Iorque, Anchor Books.
- Berger, P.; Berger, B., e Kellner, H., 1974, *The Homeless Mind*, Nova Iorque, Random House.
- Berthoud, G., e Busino, G., 1990, "Les intellectuels: déclin ou essor?", *Revue européenne des sciences sociales*, 28 (87), 251-278.
- Boudon, R., 1990, "Les intellectuels et le second marché", *Revue européenne des sciences sociales*, 28 (87), 89-103.

- Bourdieu, P., 1979, *La distinction*, Paris, Minuit.
- Bourdieu, P., 1993, *The Field of Cultural Production*, Cambridge, Polity Press.
- Bovone, L., 1982, *Razionalità economica e centralità del lavoro, L'andamento di una parabola*, Milão, Angeli.
- Bovone, L. (org.), 1984, *Storie di vita composita*, Milão, Angeli.
- Bovone, L., 1990, *In tema di postmoderno*, Milão, Vita e Pensiero.
- Bovone, L. (org.), 1991, *Il rischio della vita composita*, Milão, Vita e Pensiero.
- Bovone, L., 1993, "Ceti intellettuali emergenti e cultura postmoderna", in Ammassari, P. (org.).
- Crespi, F. (org.), 1992, *Azione sociale e pluralità culturale.*, Milão, Angeli.
- Crook, S.; Pakulski, J., e Waters, M., 1992, *Postmodernization*, Londres, Sage.
- De Paz, A., 1992, "L'arte nell'epoca postmoderna", in Crespi, F. (org.).
- Donati, P., 1993, *La cittadinanza societaria*, Bari, Laterza.
- Douglas, M., e Isherwood, B., 1979, *The World of Goods*, Londres, Allen Lane.
- Featherstone, M., 1991, *Consumer Culture and Postmodernism*, Londres, Sage.
- Featherstone, M., 1993, "Global and local cultures", in Bird, J., Putnam, T., Robertson, R. e Tickner, L. (orgs.), *Mapping The Futures: Local Cultures. Global Change*, Londres e Nova Iorque, Routledge (versão portuguesa neste volume).
- Ferrara, A., 1992, *L'eudaimonia postmoderna*, Nápoles, Liguori.
- Foster, H. (org.), 1984, *Postmodern Culture*, Londres, Pluto Press.
- Garfinkel, H., 1967, *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs, Prentice Hall.
- Giddens, A., 1990, *The Consequences of Modernity*, Cambridge, Polity Press (versão portuguesa, Celta Editora).
- Giddens, A., 1991, *Modernity and Self-Identity*. Cambridge, Polity Press (versão portuguesa, Celta Editora).
- Grathoff, R., 1990, *Sociology of generations as a perspective in the theory of culture*, comunicação ao XXII Congresso Mundial de Sociologia, Madrid.
- Habermas, J., 1981, "Modernity versus postmodernity", *New German Critique*, 22, 3.
- Habermas, J., 1985, *Theorie des kommunikativen Handelns*, Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- Jameson, F., 1984, "Postmodernism or the cultural logic of late capitalism", *New Left Review*, 146, 52-92.
- Kellner, D., 1992, "Popular culture and the construction of postmodern identities", in Lash, S., e Friedman, J. (orgs.), *Modernity and Identity*, Oxford e Cambridge, Blackwell.
- King, A. D. (org.), 1991, *Culture, Globalization and World-System*, Nova Iorque, Macmillan.
- Kuhn, T. S., 1970, *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, Chicago University Press.
- La Valle, D., 1991, *La società della scelta*, caderno 19, Departamento de Política Social, Universidade de Trento.
- Lasch, C., 1984, *The Minimal Self*, Nova Iorque, Norton.
- Lash, S., 1990, *Sociology of Postmodernism*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

- Lyotard, J. F., 1979, *La condition postmoderne*, Paris, Minuit.
- Maffesoli, M., 1991, *Le temps des tribus*, Paris, Le Livre de Poche.
- Maffesoli, M., 1993, *La contemplation du monde*, Paris, Grasset.
- Mora, E., 1990, "Il mutamento culturale nelle riflessioni teoriche", in Cesareo, V. (org.), *La cultura dell'Italia contemporanea*. Turim, Fondazione Agnelli.
- Muench, R., 1992, "The dynamics of social communication", in Colomy, P. (org.), *The Dynamics of Social Systems*, Londres, Sage.
- Offe, C., 1969, "Politische Herrschaft und Klassenstrukturen", in Kress, G., e Senghaas, D. (orgs.), *Politikwissenschaft*, Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- Ossowski, S., 1966, *Struttura di classe e coscienza sociale*, Turim, Einaudi.
- Prandstraller, G. P., 1990, "'Intellectuels' et 'professionnels libéraux'. Le professionnalisme aujourd'hui", *Revue européenne des sciences sociales*, 87, 105-122.
- Robertson, R., 1992, *Globalization*, Londres, Sage.
- Rovati, G., 1992, *Uguali e diversi*, Milão, Vita e Pensiero.
- Schutz, A., 1960, *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt*, Viena, Springer-Verlag.
- Seidman, S., e Wagner, D. G. (orgs.), 1992, *Postmodernism and Social Theory*, Cambridge e Oxford, Blackwell.
- Simmel, G., 1950, "Sociability", in Wolff, K. H. (org.), *The Sociology of Georg Simmel*, Glencoe, The Free Press.
- Simmel, G., 1985, *La moda*, Roma, Editore Riuniti.
- Smelser, N. J., e Erikson, E. H. (orgs.), 1980, *Themes of Work and Love in Adulthood*, Cambridge, Harvard University Press.
- Touraine, A., 1969, *La société postindustrielle*, Paris, Denoel.
- Weber, M., 1968, *Economy and Society*, Nova Iorque, Bedminster Press.
- Yankelovich, D., 1982, *New Rules*, Nova Iorque, Bantam Book.